



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Aracaju

2014



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Sergipe

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Henrique Paim

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Paulo Speller

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL e TECNOLÓGICA

Marco Antônio de Oliveira



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

REITOR

Ailton Ribeiro de Oliveira

Pró-Reitor de Ensino

José Adelmo Menezes de Oliveira

Pró-Reitor de Administração

Alex Sandro Barbosa de Carvalho

Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão

Ruth Sales Gama de Andrade

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Sérgio Maurício Mendonça Cardoso

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Marco Arlindo Amorim Melo Nery

Diretor Geral do Campus Aracaju

Fernandes Barbosa Monteiro

Diretor Geral do Campus Lagarto

José Osman dos Santos

Diretor Geral do Campus São Cristóvão

Alfredo Franco Cabral

Diretor Geral do Campus Itabaiana

José Rocha Filho

Diretor Geral do Campus Estância

Marcos Antônio Rodrigues França

Diretor Geral do Campus Glória

Ruberval Francisco de Jesus Feitosa

COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO DO PPPI/2014

Ana Carla Menezes Oliveira
Carolina Nabuco Queiroz da Cruz
Claudia Cardinale Nunes Menezes
Cleber Marques de Oliveira
Elza Maria dos Santos
Katiene Guimarães Estácio
Marize Dias Freitas
Rafaely Karolynne do Nascimento Campos
Shirleyde Dias do Nascimento
Telma Amélia de Souza Pereira

“Uma das maiores violências que se pode fazer a um ser humano é negar-lhe um horizonte de futuro, uma perspectiva de vida, um projeto onde ele possa se incluir.”

c.f. Comênius

Sumário

| | | |
|-------|--|----|
| | APRESENTAÇÃO | 7 |
| 1 | Introdução | 8 |
| 2 | Contexto: Visão Global | 10 |
| 2.1 | Desafios Locais e Globais | 11 |
| 2.2 | Interação com os PPCs | 13 |
| 2.3 | Princípios Metodológicos da Concepção do PPPI | 15 |
| 2.3.1 | A Proposta de Construção Coletiva | 17 |
| 2.3.2 | A Importância Conceitual | 17 |
| 2.3.3 | Elementos Estruturais Formais do PPPI | 17 |
| 2.3.4 | A Instituição também é elemento impactante na comunidade | 18 |
| 2.3.5 | Metodologia Adotada | 19 |
| 2.3.6 | Descrição do Universo de Análise das Propostas dos Grupos de Trabalho | 21 |
| 2.4 | Programa e/ou ações contínuas | 21 |
| 2.5 | Interação do PPPI com o PDI | 25 |
| 3 | Breve Histórico Institucional | 25 |
| 3.1 | História das Autarquias que deram origem ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe | 25 |
| 3.2 | Abordagem Histórica e Desenvolvimento do CEFET-SE | 26 |
| 3.3 | Abordagem Histórica e Desenvolvimento da EAFSC | 29 |
| 3.4 | Nova Estruturação do IFS | 31 |
| 3.5 | A Expansão da Educação Profissional e Tecnológica | 32 |
| 3.5.1 | Campus Estância | 33 |
| 3.5.2 | Campus Glória | 34 |
| 3.5.3 | Campus Itabaiana | 34 |
| 3.5.4 | Terceira fase da expansão | 35 |
| 3.6 | Finalidades e características do IFS | 36 |
| 3.7 | Objetivos | 37 |
| 3.8 | Missão | 37 |
| 3.9 | Visão | 38 |
| 4 | Na Interação com os Problemas Locais | 38 |
| 5 | Princípios Filosóficos e Teórico-Metodológicos que Norteiam a Prática Acadêmica Institucional | 41 |
| 5.1 | A Proposta Político-Social da Instituição | 42 |
| 6 | Possíveis Alianças para Consolidação das Propostas | 42 |
| 6.1 | Alianças Internas | 42 |
| 7 | Marco Pedagógico: Desenvolvimento do Currículo | 43 |

| | | |
|-------|--|----|
| 7.1 | Concepções curriculares_____ | 43 |
| 7.2 | A pluricurricularidade no IFS_____ | 44 |
| 7.3 | Concepções e princípios dos currículos em desenvolvimento no IFS_____ | 45 |
| 7.3.1 | Técnicos de nível Médio – Integrado ao Ensino Médio_____ | 45 |
| 7.3.2 | Técnicos de nível Médio na modalidade EJA/PROEJA_____ | 45 |
| 7.3.3 | Técnicos de nível Médio – Subsequente ao Ensino Médio_____ | 46 |
| 7.3.4 | Cursos Superiores de Tecnologia_____ | 46 |
| 7.3.5 | Licenciaturas_____ | 46 |
| 7.3.6 | Bacharelados_____ | 46 |
| 7.3.7 | Pós-graduação_____ | 47 |
| 7.4 | Atividades de prática profissional e estágio_____ | 47 |
| 7.5 | Processo de Avaliação_____ | 48 |
| 7.6 | Práticas Pedagógicas Inovadoras_____ | 48 |
| 8 | Perspectivas em relação à prática docente _____ | 49 |
| 9 | Diretrizes Pedagógicas _____ | 49 |
| 10 | Políticas de Ensino _____ | 51 |
| 10.1 | Manutenção do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA_____ | 51 |
| 10.2 | Educação Inclusiva na perspectiva das necessidades específicas_____ | 51 |
| 10.3 | Educação a Distância_____ | 53 |
| 11 | Políticas de Extensão _____ | 54 |
| 11.1 | Política de Acompanhamento de Egressos – PAE_____ | 55 |
| 12 | Políticas de Pesquisa _____ | 56 |
| 12.1 | Criação do Conselho Científico da Instituição_____ | 57 |
| 13 | Responsabilidade Social do IFS _____ | 57 |
| 14 | Considerações Finais _____ | 58 |
| | Bibliografia _____ | 59 |

Apresentação

Este Projeto Político-Pedagógico Institucional - PPPI apresenta as noções do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe a respeito do homem, do mundo e de sua relação na educação em sentido amplo e marcadamente sobre a Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Ele representa o compromisso de aproximação de uma proposta educacional de nível básico, técnico e superior. O PPPI sela o compromisso institucional com as políticas e estratégias da instituição para atingir suas finalidades e objetivos.

Mais do que um simples documento técnico-burocrático ou de gestão, ele deve ser considerado como um instrumento de ação política e pedagógica destinado a garantir “uma formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal”. (Veiga, 2004, p.16).

Consoante à compreensão do MEC/CONAES (2006) o Projeto Político-Pedagógico Institucional é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos e metas.

Trata-se de uma projeção dos valores originados da identidade da instituição, materializados no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento, e que deve delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão.

Este PPPI deve expressar uma visão de mundo contemporâneo e do papel da educação superior em face da nova conjuntura globalizada e tecnológica, ao mesmo tempo em que deve explicitar, de modo abrangente, o papel da IES e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão como componentes essenciais à formação crítica do cidadão e do futuro profissional, na busca da articulação entre o real e o desejável. Neste sentido busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente.

Ailton Ribeiro de Oliveira

REITOR

1. Introdução

A metodologia participativa desenvolvida na construção deste PPPI representa a implantação formal de um canal de interlocução e de produção coletiva, envolvendo os diversos segmentos da comunidade – professores, técnicos administrativos, alunos e gestores.

No primeiro momento, tivemos como produto a conclusão do documento norteador, que é o resultado da tabulação de todo o material produzido pelos diversos grupos de trabalho nos *Campi* Aracaju, Lagarto São Cristóvão, Estância, Itabaiana e Glória. Nos momentos subsequentes, organizamo-nos para manter o sentido de diálogo entre os representantes desses *Campi* que integravam a comissão central de sistematização das proposituras apresentadas.

Nesse processo, o PPPI se configura como documento que retrata e norteia as ações educativas desta Instituição, que mostra o que será feito, em qual momento, de que maneira para chegar a quais resultados. Explicita um pressuposto político-filosófico e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da instituição, traduzindo sua autonomia bem como definindo seu compromisso social.

Evidenciamos também que a fundamentação teórico-metodológica de cada temática abordada pelos grupos de trabalho foi estudada, discutida e amplamente consensuada pelo coletivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS. Os que participaram ativamente se tornaram, através do encaminhamento das suas proposituras, os representantes legítimos de toda a comunidade acadêmica a qual foi previamente sensibilizada e mobilizada para participar desses fóruns de reflexão e (re)construção coletiva do PPPI do IFS.

Os aspectos filosóficos, políticos e pedagógicos que subsidiaram a estratégia do debate coletivo sustentarão as diretrizes didáticas e/ou fortalecerão as estratégias adotadas. Quanto à operacionalização de construção da proposta, situamos que, inicialmente, coube à equipe organizadora da construção do PPPI, a responsabilidade pela mobilização dos diferentes segmentos, pela infraestrutura necessária à realização das diversas etapas e pelo acompanhamento do trabalho. A comissão de elaboração sistematizou as produções dos grupos de trabalho de cada Campus e compatibilizou por eixos temáticos registrando e produzindo este documento que se constitui em um

referencial que norteará o processo educativo da Instituição, sendo assegurada a sua avaliação e (re)construção contínua, como um resultado da sua interlocução com as realidades Institucional e social.

Finalmente, é necessário que se afirme o caráter de reflexão contínua que este documento possui em seu cerne. Consequentemente será este um texto em permanente (re)construção, que, não obstante essa flexibilidade, será referência cotidiana para o fazer pedagógico desta instituição.

Este projeto é um orientador da ação, das prioridades, das medidas, das perspectivas e das proposições da Instituição, e revela, ao mesmo tempo, o movimento e a dinâmica institucional. Através de alianças e parcerias com os membros da comunidade, pautadas na visão de mundo dos agentes que participam do processo educativo, definimos os instrumentos e os procedimentos que viabilizarão a consecução das metas e dos processos de acompanhamento e de desenvolvimento institucional.

Nesse sentido, o PPPI teve como proposta em suas diferentes fases de elaboração:

- estar atento a história da Instituição;
- contextualizar o IFS na conjuntura macro-social, regional, nacional, global e local;
- traçar o contexto institucional através de uma análise diagnóstica, levantando as condições de trabalho;
- verificar a organização das relações sociais de trabalho;
- identificar as formas de organizações internas do IFS;
- mapear os sistemas de avaliação e de controle dos resultados;
- compreender as políticas de gestão de pessoas, identificar as estratégias da organização;
- definir os objetivos, os valores, a filosofia institucional, capturar os pontos fortes e suas fragilidades;
- fazer a leitura da organização, do pessoal docente, discentes e todos os colaboradores técnico-administrativos;
- analisar perfis, necessidades e preferências da comunidade acadêmica.

Sintonizados com essa perspectiva democrática, encaminhamos a construção do PPPI com metodologia participativa própria e delineada no seio da comunidade, através de ampla divulgação, na forma impressa e eletrônica (portal do site), a realização de palestra de sensibilização, grupos de trabalhos, em suas diferentes fases. Essa perspectiva de diálogo implica abertura para escutar as ideias divergentes, tranquilidade para gerir os

conflitos e aceitar as fragilidades e força para juntos buscarmos as possibilidades nas fortalezas e na pluralidade que, por certo, emergirão do debate.

O processo não é simples, porque requer o trato político e os encaminhamentos relacionados ao ensino-aprendizagem e à formação profissional, e nesses processos acessaremos uma diversidade de concepções, de práticas e de compromissos, como consenso da maioria, respeitando às regras democráticas, sem desprezar os anseios das minorias internas, desde que os mesmos estejam em sintonia com a nossa função social.

Neste documento de orientação acadêmica constam, entre outros, o histórico da Instituição; seus mecanismos de inserção regional; sua missão; âmbitos de atuação; princípios filosóficos gerais; as políticas de gestão, de ensino, de pesquisa e de extensão; perfil humano, perfil profissional; concepções de processos de ensino e de aprendizagem, de currículo, de avaliação de ensino e de planejamento e os diversos programas.

2. Contexto: Visão Global

Na denominada sociedade do conhecimento e da informação, assiste-se continuamente às grandes mudanças sócio-político-econômicas e suas repercussões na ciência, na tecnologia, na cultura, nos modos de vida e nas perspectivas de desenvolvimento da humanidade. Com mais velocidade a partir dos anos 80, assinala-se a transnacionalização da economia e dos processos comunicativos e culturais, gestando na conjuntura social o sentido de perplexidade e de crise de referências que, muitas vezes, não mais explicam a realidade e/ou se compatibilizam com as exigências e necessidades contemporâneas.

Destarte, considerando o fato de que quanto maior a inserção local maior a compreensão do global, propomos este documento como uma concepção institucional do IFS para a realidade político-pedagógica, na intenção de que viabilizaremos aos nossos egressos a possibilidade de serem indivíduos com inserção social e em sintonia com princípios éticos, políticos, de saberes técnico-científicos com compreensão crítica das necessidades sócio-laborais, locais e globais.

Portanto, é necessário que o IFS promova uma educação profissional e tecnológica sintonizada com as demandas sociais e do mundo do trabalho, baseada em um mapeamento das perspectivas e possibilidades de desenvolvimento socioeconômico dos arranjos produtivos locais, contribuindo com um projeto macro de desenvolvimento

regional/nacional. Na perspectiva da construção deste PPPI, considerou-se o desenvolvimento de ações administrativas e pedagógicas, tomando por base o desafio de conjugar o PPPI e o PDI com os Projetos Pedagógicos de Cursos - PPCs, buscando uma definição clara das metas e dos recursos necessários, das ações e das proposituras referenciadas desses projetos institucionais com as demandas sociais e do mundo do trabalho.

Esse processo vem sendo realizado de forma dinâmica, flexível, intencional, legítima, transparente e pretende estar em constante interconexão com a realidade institucional, no sentido de concretizar um projeto educacional que se propõe a estabelecer interlocução com a sociedade, com outras políticas públicas e com o sistema produtivo, a fim de contribuir e responder satisfatoriamente aos processos e às ações de desenvolvimento local e nacional.

2.1. Desafios Locais e Globais

No período compreendido entre o final da II Grande Guerra e o início dos anos 90, a educação passou por profundas transformações, microscópicas e macroscópicas e de alcance mundial que podem ser divididas em duas fases distintas.

Na primeira fase, que se estende até meados dos anos 70, ocorreu uma “explosão” no crescimento dos sistemas educacionais em praticamente todos os países do mundo. Os principais indicadores educacionais apresentaram crescimento antes nunca verificado em qualquer período da história da humanidade.

No tocante aos investimentos públicos no setor, os dados estimados indicam que, em 1965, 4,9 % do PNB (Produto Nacional Bruto) mundial eram aplicados em educação, representando cerca de 95,7 bilhões de dólares correntes.

Na segunda fase, destaca-se a centralidade do conhecimento (da informação, da produção do conhecimento e de sua difusão) e a necessidade de inserção local das novas práticas operativas, provocadas pelas demandas do mundo do trabalho local e global, e a situação implícita na mudança da concepção de conhecimento parece ser uma ideia para a qual convergem todos os discursos, todas as propostas, todos os chamados atores sociais.

Afinal, quem poderia negar que o impacto da globalização associado à revolução tecnológica impõe um novo padrão de conhecimento: menos discursivo, mais operativo,

menos particularizado, mais interativo, comunicativo, mais pragmático, menos setorizado, mais global, não apenas fortemente cognitivo, mas também valorativo e atitudinal.

Como demonstração desta preocupação, pode-se questionar em nossos processos e projetos pedagógicos: em que medida os critérios pensados para estabelecer os conteúdos e metodologias levam em consideração aspectos da cultura universal indispensáveis para a formação do cidadão? Esses critérios são traduzíveis em uma pedagogia que tem como paradigma o saber fazer, o saber usar, o saber se comunicar igualmente inseridos na cultura e nos padrões éticos regionais e locais?

Na forma como vem sendo posto na atualidade, a questão do conhecimento não constitui apenas um tema fundamental para a Epistemologia, a Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento e a Sociologia do Conhecimento. O tema do conhecimento é hoje uma questão política, central para todas as áreas. A discussão das reformas educativas na América Latina, em especial no Brasil, não pode prescindir dessa temática.

No caso específico da região nordeste, atravessa-se um processo de busca da estabilização econômica e de reestruturação industrial em decorrência de um momento de profundas mudanças estruturais no cenário internacional.

O Estado de Sergipe, em processo sensível de desenvolvimento sócio-político e econômico, requer que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, tenha um comportamento de colaborador na busca de participação efetiva na construção de uma nova realidade socioeconômica.

É função deste Instituto promover a formação Profissional e Tecnológica do cidadão, ofertando com qualidade, ensino, pesquisa e extensão em sintonia com os avanços científicos e tecnológicos, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da Região.

Considerando o papel que as instituições de educação profissional assumem na contemporaneidade, frente aos desafios oriundos de um contexto socioeconômico e cultural em constante transformação, o IFS adota uma nova postura diante dessa realidade, em que a educação é chamada a interagir com a tecnologia, em busca de garantir inovações e aplicações no sistema produtivo e no enfrentamento dos desafios de um mundo crivado de tecnologias em todos os setores da vida social.

Nessa perspectiva, o IFS se insere com o compromisso de viabilizar uma articulação efetiva da EPT em seus vários níveis e modalidades de ensino, com ênfase em uma prática

pedagógica que integre a pesquisa e extensão, bem como estreitando, de forma bastante acentuada, a sua relação com o sistema produtivo e as demandas sociais.

A Instituição vem orientando a sua prática, vislumbrando o cenário do mundo do trabalho, não de forma mecanicista, preparando o jovem apenas para o emprego, mas gestando saberes que permitam a sua inserção proativa em processos produtivos formais e informais. Esses saberes são construídos no ambiente escolar e fora dele, cabendo à escola sistematizá-los, tornando-se um laboratório ilimitado de geração de aplicação de novos conhecimentos.

Com a implementação da proposta dos Institutos Federais, a Instituição vem sendo impulsionada a ampliar a sua atuação e abrangência, potencializando o seu papel de eixo de referência da EPT no Estado. Vislumbra-se um dimensionamento mais significativo da sua área de atuação nos tecidos social e produtivo, que integre a produção de saberes e serviços, empregando novas tecnologias para o desenvolvimento de Sergipe e da nossa Região.

2.2 Interação com os PPCs

O PPPI é uma ação intencional, com um sentido explícito, e com um compromisso definido coletivamente. Trata-se de uma projeção dos valores originados da identidade da Instituição, materializados no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento, e deve delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão.

A construção do conhecimento e o exercício da prática técnico científica devem ser articulados no espectro de valores humanísticos, de forma que sua dinâmica e realização se configurem a partir do entendimento de que a ciência e a técnica não se apresentam apenas como meio ou dispositivo, mas, principalmente, como modo de inserção na realidade, de ação e interação do homem com o mundo.

Importante elemento da organização acadêmica, o currículo é concebido como um espaço de formação plural, dinâmico e multicultural, fundamentado nos referenciais socioantropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos em consonância com o perfil do egresso.

Estes referenciais instituem o currículo como um conjunto de elementos que integram os processos de ensinar e de aprender num determinado tempo e contexto,

garantindo a identidade do curso e o respeito à diversidade regional. É um dos elementos constitutivos dos PPCs, construído coletivamente, tendo como orientação básica as Diretrizes Curriculares Nacionais. O aperfeiçoamento do currículo deve considerar, também, os resultados dos processos da avaliação e da meta-avaliação.

Nesse documento de orientação acadêmica devem constar, dentre outros elementos: conhecimentos e saberes necessários à formação profissional estabelecida para o egresso do curso; a estrutura curricular; o ementário, as bibliografias básica e complementar; as estratégias de ensino; o corpo docente; os recursos materiais, os serviços administrativos, os serviços de laboratórios e a infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso.

No caso específico dos cenários dos cursos já em funcionamento no IFS, a construção dos itinerários curriculares vem sendo feita de forma colegiada com as atualizações contínuas e em consonância com as demandas técnicas, bem como com a legislação vigente, sempre de forma coletiva e com a devida participação dos pares.

Desta maneira, as matrizes curriculares refletem as demandas socioantropológicas, psicológicas, epistemológicas e pedagógicas de cada um dos respectivos cursos bem como o delineamento do campo de conhecimentos necessários à atuação profissional dos egressos do curso. A operacionalização deste currículo demandará ações educativas que fomentem a construção de aprendizagens significativas e viabilizem a articulação e a mobilização dos saberes, estabelecendo um relacionamento ativo, construtivo e criador com o conhecimento.

Destarte, para concretizá-lo, serão desenvolvidas diversas estratégias metodológicas de integração que, terão como princípios a interdisciplinaridade, a contextualização, a flexibilidade e a valorização das experiências dos alunos, vinculando-as aos saberes acadêmicos, ao trabalho e práticas sociais.

Julga-se também imprescindível, a clareza na perspectiva do olhar docente e discente sobre as atividades pedagógicas, pois neste desenho curricular, o docente se posicionará como mediador do processo, o qual deverá estar preparado para enfrentar os desafios dessa ação educativa, que envolverá compromisso com o seu fazer diário, que também deve ser coletivo e passível de avaliação permanente.

Quanto ao aluno, este será o protagonista do processo educativo, comprometendo-se com a construção dos valores que fundamentarão o seu desenvolvimento intelectual, humano e profissional. As atividades educativas estarão

voltadas para assegurar a integração entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia, através da seleção adequada dos conteúdos e da inter-relação entre estes, bem como do tratamento metodológico que será dado ao processo de construção do conhecimento, considerando a organicidade do currículo.

Nesta proposta, o termo integrar deve ser compreendido em uma perspectiva de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos (CIAVATTA, 2005, p.84).

2.3 Princípios Metodológicos da Concepção do PPPI

A metodologia participativa desenvolvida na construção do PPPI representa a implantação formal de um canal de interlocução e de produção coletiva, envolvendo os diversos segmentos da comunidade – professores, alunos, técnico-administrativos em educação, gestores e a comunidade, em especial os pais dos alunos.

No primeiro momento, tem-se como produto a conclusão do documento norteador, que é o resultado da tabulação de todo o material produzido pelos diversos grupos de trabalho, e, nos momentos subsequentes, a organização para manter o sentido de interlocução e revisita a prática, construindo com isso o processo de reflexão-ação, como requer a dinâmica da práxis educacional emancipatória.

Nesse processo, o PPPI é um instrumento de trabalho que mostra o que será feito, em qual momento, de que maneira e para chegar a que resultados. Explicita um pressuposto político-filosófico e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da instituição traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso social.

Evidencia-se também que a fundamentação teórico-metodológica de cada temática abordada pelos grupos de trabalho será estudada, discutida e amplamente consensuada pelo coletivo dos participantes, os quais se tornam os representantes legítimos da comunidade acadêmica, já que todos estão convidados a participar e opinar. Esclarece-se que ainda no processo, a estratégia do debate coletivo subsidiará simultaneamente os aspectos pedagógicos que irão sustentar as inovações didáticas e/ou fortalecer as estratégias já adotadas.

Quanto à operacionalização da proposta, caberá, inicialmente, à comissão da construção do PPPI, a responsabilidade pela mobilização dos diferentes segmentos, pela

infraestrutura necessária à realização das diversas etapas e acompanhamento do trabalho. É atribuição da comissão, elaborar e sistematizar as produções dos grupos nas diferentes fases do processo, registrando e produzindo o documento final que será validado por toda a comunidade do IFS.

É consenso entre os estudiosos e profissionais da educação o valor inestimável do Projeto Pedagógico no cotidiano de uma Instituição Educacional e no caso especial de uma Instituição Pública, o consenso torna-se generalizado quando o processo de construção do PPPI é coletivo e passa a ser balizado por princípios norteadores de importância social.

Assim, deste documento, emanam as concepções e finalidades que norteiam as mais variadas situações de aprendizagens. Congrega o passado, o presente e o futuro. Confere o mais importante: a identidade institucional.

Nesta proposta de investigação e construção continuada do PPPI, o que se pretende fazer é uma pesquisa da realidade institucional, incluindo também uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos, confrontando-os com a realidade educacional do IFS: condição necessária para a sondagem e o delineamento das implicações que dão sustentabilidade ao processo educativo da Instituição ao tempo que, com estas consultas, pretende-se atualizar os mesmos PPCs e direcionar de forma uníssona o PPPI da Instituição.

Compreende-se que o projeto pedagógico implica analisar detalhadamente todo o contexto escolar, locus originário e originante do projeto de cada curso, levando-se em consideração que o cotidiano de uma instituição educacional para todos se apresenta como chance de aprendizado, vivência dos sonhos e troca de saberes. O PPPI, coração da escola, é a herança do passado, a vitalidade para o presente e o anseio de remodelação em vista de um futuro próximo.

Entende-se também este projeto como sendo o plano global da Instituição, envolvendo em especial os aspectos pedagógicos, seus princípios e suas práticas. Isto implica que a sua visão e julgamento da realidade, bem como das propostas de ação para concretizar o que se propõe, a partir do que vem sendo realizado, demanda ações interativas entre os diversos participantes.

Definir o projeto pedagógico como plano global da Instituição de ensino significa também fazer dele o pré-requisito básico para as ações de todos os seguimentos que a compõem. É entender que nenhuma atividade educacional pode ser feita a esmo, sem referência ao que o IFS como um todo se propõe alcançar.

2.3.1 A Proposta de Construção Coletiva

O projeto pedagógico, definido etimologicamente, é o resultado de um trabalho conjunto, pensado e elaborado em favor do bem comum. Uma proposta para o porvir desta Instituição de ensino, pública, em que o viés político torna a construção coletiva e legítima os anseios da comunidade onde está inserida.

A construção deste projeto é uma ação intencional, com um sentido explícito e um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico de uma instituição de ensino, também, é um projeto sociopolítico por estar intimamente articulado aos interesses coletivos da comunidade.

2.3.2 A Importância Conceitual

A construção coletiva da proposta pedagógica é uma atitude conseqüente e compromissada num mundo em permanente mudança. A construção continuada implica as tarefas coletivas de pensar/escrever, pensar/aplicar, pensar/avaliar e pensar/atualizar este projeto. Tais tarefas não ocorrem em momentos separados, mas num movimento que as integra, permeadas pela articulação teórico-aplicativa.

2.3.3 Elementos Estruturais Formais do PPPI

A estrutura de um projeto é feita de elementos. O termo “elemento” reporta àquilo que é elementar, básico e indispensável na instauração do processo educacional. Por conseguinte, seguiram-se as recomendações do Conselho Nacional de Educação - CNE, para a construção da estrutura desta proposta pedagógica, priorizando os seguintes elementos:

1. Explicitação sobre a organização da identidade da Instituição;
2. Filosofia e os princípios didático-pedagógicos da Instituição;
3. Conteúdos e suas referências;
4. Competências e habilidades propostas e os respectivos encaminhamentos metodológicos;
5. Atividades acadêmicas, em geral;

6. Ações didático-pedagógicas a serem desenvolvidas durante o tempo de integralização curricular de cada curso;
7. Processos de avaliação;
8. Condições físicas e materiais;
9. Relação do corpo docente e técnico-administrativo;
10. Plano de formação continuada para os professores;
11. Plano de avaliação interna e sistemática do curso.

Estes itens foram discutidos em ações de sensibilização com a comunidade e em grupos de trabalho. Após interações entre seus membros, produziram-se documentos de formatação escrita, que foram tabulados e resultaram em propositura de ações.

Para validar as propostas delineadas pelos itens citados anteriormente, considera-se que a aprendizagem é o processo e, ao mesmo tempo, a meta dos empreendimentos educacionais. É o paradigma que avalia, ou não, a suposta qualidade no ensino. O termo “aprendizagem” não esconde segredos. Denomina todo o processo desencadeado, principalmente, pelos docentes e discentes para se obter a finalidade maior: a assimilação do conhecimento e a tradução deste em atitudes e valores.

O relatório da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, problematiza e discorre sobre a conjuntura atual. Segundo Delors et al. (1999), arvora-se uma conjuntura marcada por um planeta cada vez mais povoado; pelo fenômeno da globalização; pelo estigma das exclusões; pelo desafio de situar o local dentro do global e vice-versa; pelos prejuízos do progresso; e pelo resgate dos valores.

Nesse contexto, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser são os quatro pilares (princípios) que o relatório acima citado propõe para que os processos de aprendizagem alcancem seus objetivos mais peculiares.

2.3.4 A Instituição também é elemento impactante na comunidade.

Educação e cidadania, atitudes e valores, realidade e sonho, tudo isso são fatores que credenciam o processo de sensibilização, planejamento, construção e realização de uma proposta pedagógica inovadora, que reflita e atenda as necessidades da comunidade.

Neste sentido, considera-se que o PPPI é uma construção possível no IFS e tem a finalidade de promover a instauração de procedimentos, atitudes e valores favoráveis ao dinamismo e à troca dos saberes, ao amadurecimento humano entre os alunos, os professores, os técnicos-administrativos em educação, a gestão institucional e demais membros da comunidade escolar.

Convém ressaltar que dois aspectos são relevantes quando se discutem as implicações do projeto político - pedagógico na comunidade. O primeiro deles diz respeito ao postulado de apreender a realidade; o segundo clama pela coragem de intervir na realidade. Com esses aspectos, confronta-se a educação do futuro, pois existe uma inadequação ampla, profunda e grave entre os saberes compartimentados e as realidades ou problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais e multidimensionais.

2.3.5 Metodologia Adotada

Nas preleções de sensibilização, que transcorreram com a participação de vários segmentos da comunidade (servidores, discentes e colaboradores diretos e indiretos), utilizaram-se as seguintes estratégias de reafirmação de princípios éticos fundamentais e balizadores da construção do PPPI, a citar:

Quadro 1 Roteiro das Preleções: da Sensibilização à Formação dos Grupos de Trabalho para Construção do PPPI

| Projeto Político-Pedagógico Institucional | |
|--|---|
| 1º momento: Estruturação | <ul style="list-style-type: none">• Instituição da Comissão Geral de atualização do PPPI;• Discussão conceitual sobre PPPI;• Seleção da metodologia para participação coletiva;• Formação de subcomissões e grupos de trabalho, por Campus, incluindo representantes dos segmentos institucionais. |
| 2º momento: Execução | <p>I – Características norteadoras:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ser um processo participativo de decisões;• Organizar o processo pedagógico de forma a desvelar conflitos e contradições;• Explicitar princípios baseados:<ul style="list-style-type: none">○ na autonomia da escola;○ na solidariedade entre os agentes educativos; |

- na participação de todos;
- em um projeto comum/coletivo.
- Conter opções explícitas de superação de problemas da realidade específica.
- Explicitar compromisso com a formação do cidadão.

II – Características buscadas na Execução.

- Nascer da realidade e explicitar:
- Causas dos problemas;
- Situações em que os problemas aparecem.
- Ser exequível;
- Prever as condições necessárias ao seu desenvolvimento e à sua avaliação;
- Permitir a ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola;
- Ser um documento que deve explicitar as concepções de: sociedade, educação, escola, trabalho/ação educativa;
- Ser um produto específico, contextualizado, um compromisso espaço-temporal:
 - de uma instituição; e
 - de uma equipe de educação.
- Ter como base o Artigo 205 da Constituição Federal:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

III - O projeto político-pedagógico: Elementos constituintes. (VASCONCELLOS, 2007)

1. Marco Referencial:

O que queremos alcançar?

É a busca de um posicionamento:

- Político: visão do ideal de sociedade e de homem;
- Pedagógico: definição da ação educativa e das características que deve ter a instituição que planeja.

2. Diagnóstico:

O que nos falta para ser o que desejamos?

É a busca das necessidades, a partir da análise da realidade e/ou do juízo sobre a realidade da instituição.

3. Programação:

O que faremos concretamente para suprir tal falta?

É a proposta de ação. O que é necessário e possível para diminuir entre o que vem sendo a instituição e o que deveria ser.

Avaliação do PPP:

É feita ao término de um período previsto e pode começar pela análise da concretização da Programação feita.

2.3.6 Descrição do Universo de Análise das Propostas dos Grupos de Trabalho

A análise dos resultados das produções dos Grupos de Trabalho (GTs) ocorreu logo após os momentos de sensibilização, tomando-se o cuidado de ampliar a participação das diversas categorias, através da promoção de reuniões e disponibilização de questionários eletrônicos.

O processo de participação foi registrado e documentado através de listas de assinaturas e registros fotográficos, perpassando pelos momentos de sensibilização até o encerramento dos trabalhos de atualização e consolidação do PPPI. Durante o processo, foi confeccionada uma tabulação que estabeleceu as dimensões de hierarquização e compatibilização de programas e projetos necessários ao enfrentamento de problemas institucionais, além do estabelecimento de ações norteadoras para a melhoria contínua da prática pedagógica neste Instituto.

Objetivos Demandados

Os objetivos refletem os itens tabulados de acordo com o trabalho dos GTs, principalmente no que diz respeito à frequência de demandas recorrentes, o que possibilitou a demarcação de pontos de prioridade de ação, bem como a divisão categorizada em dimensões: Pedagógica e Administrativa, com as subdivisões em categorias de análises.

Assim, com a análise das tabulações produzidas pelos Grupos de Trabalho (GTs), em cada *Campus*, entende-se que a comunidade anseia por ações, apresentadas neste PPPI como elementos geratrizes dos futuros Programas e Ações Contínuas que delineiem o Comportamento Organizacional.

2.4 Programa e/ou ações contínuas

Descrição dos Objetos das Práticas Operativas e Pedagógicas

As principais deliberações coletivas estão refletidas na propositura deste PPPI, inspirado na pedagogia da superação e na renovação crítico-reflexiva do processo ensino-aprendizagem, que consideram:

- O aluno, razão das ações estratégicas;

- A necessidade de atuar sobre o processo educativo como um todo, assegurando condições pedagógicas que gerem êxito e permanência aos estudantes do IFS;
- A prática de uma metodologia de caráter científico-reflexiva que gere uma aprendizagem comprometida com a autonomia e com o aprender a aprender;
- Promoção de uma educação transdisciplinar, formadora do cidadão empreendedor, consciente e integrado à sua realidade histórico-social;
- Incentivo à participação de estudantes e docentes em olimpíadas e eventos educacionais;
- Possibilidade de continuidade e conclusão de estudos dos profissionais em formação, mediante mecanismos financiados com recursos da Instituição ou advindos de convênios;
- Elaboração de diagnóstico e realização de ações de combate à retenção e evasão por equipes institucionais multidisciplinares;
- Acompanhamento da atividade docente no que se refere à assiduidade e ao cumprimento das ementas, por parte dos coordenadores de cursos;
- Consolidação do IFS, no que se refere à estrutura de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços às comunidades em condições socioeconômicas desfavoráveis;
- A valorização de uma mentalidade científica e técnica nas iniciativas a serem empreendidas, buscando interlocução entre as dimensões ensino, pesquisa e extensão no processo de construção do conhecimento;
- Ampliação da oferta de cursos de extensão de cultura e arte, atividades desportivas, profissionalizantes, línguas estrangeiras, produção e redação científica, em todos os *Campi*;
- Estabelecimento de critérios mais objetivos para a avaliação dos projetos de pesquisa e extensão e para a inserção de um número maior de estudantes em ações de iniciação científica;
- Ampliação dos investimentos em pesquisa e redução da carga horária, em sala de aula, dos docentes pesquisadores;
- Aumento do número de bolsas de pesquisa, seguindo o modelo e o valor estabelecidos pelo PIBIC/CNPq;

- Fomento a pré-incubação de projetos empreendedores e projetos de empresa júnior;
- Manutenção de um contínuo aperfeiçoamento da estrutura organizacional e demais procedimentos, garantindo constante modernização, com vistas a um atendimento administrativo e pedagógico efetivo e articulado ao processo educativo;
- Elaboração e implementação de um plano de qualificação profissional contínua para docentes e técnicos-administrativos, que atenda as reais demandas do IFS;
- Programa permanente de ambientação de novos servidores (docentes e TAEs);
- Concessão de autonomia aos colegiados de cursos;
- Estruturação de um setor que assegure a atuação específica e efetiva dos assistentes de alunos;
- Elaboração coletiva do calendário acadêmico, respeitando seu cumprimento e as peculiaridades de cada Campus;
- Prática obrigatória de realização do planejamento de ensino em todos os níveis e modalidades;
- Prática do planejamento estratégico participativo;
- Melhoria do clima organizacional, através de ações e programas que favoreçam a integração da comunidade acadêmica;
- Otimização da comunicação em todas as esferas institucionais;
- Padronização dos fluxos dos procedimentos institucionais;
- Reestruturação do organograma dos *Campi*, com ampliação do número de gerências proporcional ao número de alunos efetivamente matriculados;
- Melhoria na gestão dos recursos financeiros, que busque uma distribuição mais equânime entre os *Campi* e entre as coordenadorias em cada Campus;
- Ampliação da avaliação institucional para todos os níveis e modalidades de ensino;
- Descentralização dos recursos da assistência estudantil, exclusivamente, para os *Campi*;

- Revisão dos critérios, das normas e das resoluções que regulamentam a concessão de recursos para os alunos, no que se refere ao auxílio para eventos, bolsas e demais benefícios da assistência estudantil;
- Aquisição e atualização do acervo da Biblioteca, como investimento contínuo;
- Melhoria e ampliação da estrutura física dos ambientes de ensino, visando atingir metas objetivadas nas propostas pedagógicas dos cursos;
- Modernização dos laboratórios e salas de aula, através da aquisição de equipamentos e instrumentos para atender às demandas pedagógicas dos cursos;
- Construção e ampliação de refeitórios e espaços de vivência, em todos os *Campi* do IFS;
- Adequação da estrutura arquitetônica dos *Campi*, com implantação de salas de recursos multifuncionais e estruturação de núcleos de acessibilidade;
- Formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão;
- Formação de gestores, educadores e demais profissionais do IFS na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais;
- Elaboração e implementação de projetos que viabilizem a produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade;
- Cooperação técnica a agricultores, por meio de projetos Agroecológicos, com a participação de professores e concluintes do Curso de Agroecologia, principalmente nos *Campi* Glória e São Cristóvão;
- Cooperação técnica a comerciantes e empresas de produtos alimentícios, por meio de palestras e oficinas sobre o tema, com a participação de professores e concluintes da área de alimentos dos *Campi* Aracaju, Glória e São Cristóvão.

2.5 Interação do PPPI com o PDI

O PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional é um documento de validade quinquenal, em consonância com os Planejamentos Estratégicos de cada exercício. É o instrumento de gestão que considera a identidade da própria Instituição, no que diz respeito à filosofia de trabalho, à missão, às diretrizes pedagógicas, à estrutura organizacional e às atividades acadêmicas e científicas.

Como um instrumento de gestão flexível, o PDI pauta-se por objetivos e metas e sua elaboração deve ser de caráter coletivo. Os seus referenciais devem levar em consideração os resultados da avaliação institucional. Articula-se ao PPPI na perspectiva da consecução dos objetivos e do desenvolvimento institucional com vistas à melhoria do processo educativo do IFS.

3. Breve Histórico Institucional

3.1 História das Autarquias que deram origem ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), engendrados através do Decreto nº 6.095 de 24 de abril de 2007, que viabiliza a Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, de 12 de dezembro de 2007, propiciou a elaboração de proposta de constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, mediante integração das autarquias federais Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe – CEFET-SE e Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão – EAFSC, aprovada pela Portaria nº 116/SETEC, de 31 de março de 2008, e criado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Os Institutos Federais apresentam uma nova perspectiva às Instituições de Educação Profissional e Tecnológica, trazendo na essência de sua criação a dimensão do momento atual, que justifica um novo tempo para a abrangência de atuação dessa modalidade de educação, em que as novas unidades de ensino do plano de expansão nascem como *Campus* avançados e vinculados a um desses Institutos Federais.

3.2 Abordagem Histórica e Desenvolvimento do CEFET-SE

O Estado Brasileiro, através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, no governo do então presidente Nilo Peçanha, atendendo à necessidade de oferecer aos “desfavorecidos da fortuna”, isto é, de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência, traz à luz uma rede de Escolas de Aprendizes e Artífices.

Apenas em 1º de maio de 1911, a Escola de Aprendizes e Artífices de Sergipe, “irmã caçula” da rede, sob a Direção do Dr. Augusto César Leite, dá início às suas atividades oferecendo o ensino primário formado pelas matérias de cultura geral, que compreendiam o curso de Letras e Desenho Geométrico e o ensino de ofícios, representado pelos cursos de Marcenaria, Alfaiataria, Selaria, Ferraria, Mecânica e Sapataria.

Em 1930, as Escolas de Aprendizes e Artífices dão lugar aos Liceus Industriais, mudança de pouca relevância, pois em nada altera os objetivos até então pretendidos, visto que durante a Primeira República, eram baixos os índices de urbanização e industrialização e a economia não fazia, praticamente, nenhuma exigência à escola. No entanto, a partir da Constituição de 1934, a intensificação do capitalismo industrial inaugura novo quadro de exigências educacionais por parte de camadas da população cada vez maiores. Em 1942, obedecendo ao novo contexto da economia brasileira, cujo eixo voltou-se da atividade agro exportadora para industrial, os Liceus Industriais dão lugar às Escolas Técnicas Industriais, ampliando a oferta de ensino para o equivalente ao nível secundário.

Ainda antes do Estado Novo, surge, através de comissão de educadores indicada pelo então Ministro Francisco Mariani, proposta de reforma geral da educação nacional, que terminou por dar origem à nossa primeira LDB (Lei 4024/61) aprovada pelo Congresso Nacional depois de longa gestação de treze anos. Durante esse longo processo, o conceito de *diretrizes e bases*, antes visto de maneira não integrada, passou a apresentar dinamismo em que as *bases* possuem conteúdo de concepção política, enquanto as *diretrizes*, invocando a ação adjetiva da educação, apresenta conteúdo de formulação operativa.

Pela lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1958, a Escola adquire *status* de Autarquia Federal, conquistando autonomia didática, financeira, administrativa e técnica, ofertando o ensino médio e formação profissional, concomitantemente, possibilitando assim o prosseguimento dos estudos em grau mais elevado, conforme preconizava um de seus objetivos: “proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica, permitindo ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos”.

Dentro dessa nova perspectiva, em Sergipe, o primeiro curso criado foi o de

Técnico em Edificações, que começou a funcionar em 1962, seguido dos *Cursos de Estradas, Eletromecânica, Eletrotécnica e de Máquinas e Motores*, buscando atender às necessidades do setor industrial que evoluía e necessitava de profissionais com formação mais especializada.

O advento da Ditadura Militar marcou expressivamente a política educacional brasileira, sobretudo a educação profissional. As Constituições de 1967 e 1969, sob inspiração ideológica da “segurança nacional” abriram espaço de amplo apoio ao ensino particular e reduziam para doze anos a idade mínima permitida para o trabalho de menores, além de estabelecer um lado obscuro para a atividade docente, sob vigilância e sem liberdade. Em 1968 surge a Lei nº 5540 que tratava somente do ensino superior. Em 1971, nossa segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 5692/71) denominada Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, teve, igualmente, período gestatório lento, porém impermeável a debates e à participação da sociedade civil e torna, de maneira compulsória, todo currículo de segundo grau técnico profissional.

Por conseguinte, um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime de urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos. Em 1978, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Tal mudança confere àquelas Instituições mais uma atribuição: a graduação no ensino superior, formando licenciados e tecnólogos. Em 1980, para suprir as demandas do mercado de trabalho, a Escola Técnica Federal de Sergipe cria o curso de Química, voltado para a área industrial. Já em 1982, os cursos de Auxiliares Técnicos em Eletrotécnica e Telecomunicações, que vinham funcionando há mais de 20 anos, foram extintos, criando-se então o Curso Técnico em Eletrônica.

O acordo firmado entre o MEC e o BIRD, no ano de 1983, marcou o início da política de interiorização da educação profissional o que resultou para ETF-SE, além da modernização de suas dependências, a construção da Unidade Descentralizada de Lagarto. Em 1994, a Portaria nº 489, de 06 de abril, autoriza o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada de Lagarto, que começa a funcionar, de fato, no ano de 1995, ofertando os cursos de Edificações e Eletromecânica, seguidos, em 1996, do curso de Informática Industrial e, em 2007, realiza-se o primeiro vestibular para o curso superior de tecnologia em Automação Industrial.

Em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é aprovada. No ano seguinte, através do Decreto 2.208, dá-se a regulamentação dos artigos da nova LDB que tratam especificamente da educação profissional. As mudanças alteram todo o processo para a qualificação de mão-de-obra. Em meio às transformações da educação profissional, retoma-se em 1998 o processo de transformação das demais Escolas Técnicas Federais (ETFs) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), sob a égide da Lei 8.948/94, do Decreto 2.046/97 e da Portaria Ministerial 2267/97.

Em 1998, o Governo Brasileiro assina convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), braço financiador da reforma. Tal medida concorreu de certa forma, para acirrar os debates e impulsionar as Escolas no sentido de ganharem identidade própria e assumirem posição em face da sociedade e da realidade do mundo produtivo. Os anos 90 mereceriam, pois, análise especial e criteriosa, uma vez que as escolas da rede técnico-profissional procederam a uma movimentação sem precedentes no que concerne à construção de suas propostas pedagógicas, tornando visível a opção de cada uma delas, baseada na maturidade construída sobre questões relacionadas principalmente com o tripé educação/trabalho/tecnologia e nas decisões que incidiam na formação do homem e em seus direitos de cidadania.

A partir deste momento histórico, a reformulação curricular que se processou no interior dos CEFETs eleva o potencial da Instituição, capacitando-a para responder aos anseios da sociedade e possibilitando mudanças significativas na realidade da região onde atua, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão. Esse processo construtivo (situado e datado), sintonizado com o desenvolvimento do País numa concepção de escala que vai do regional ao global, referenda essas instituições na produção e democratização do conhecimento em todos os níveis e graus de ensino, sempre tomando como fundamento precípua a dimensão humana da formação, traduzida no sentido da emancipação.

Em Sergipe, o projeto institucional de implantação do CEFET foi protocolado em Brasília sob o número 230/98-66. Assim, o processo denominado de “cefetização” é extensivo, bem mais tarde, às demais Instituições, sendo que a Escola Técnica Federal de Sergipe somente em 13 de novembro de 2002 passa ao *status* de Centro Federal de Educação Tecnológica, após quatro anos de atendimento às diligências para aprovar seu projeto institucional. Em 2003/04, oferta os Cursos Superiores de Tecnologia em Saneamento Ambiental, Ecoturismo e em 2006/07, Licenciatura em Matemática e o Curso de Graduação Tecnológica em Automação Industrial.

Com o advento da primeira Reforma do Ensino Profissional, mediante o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que regulamenta os artigos 36 e de 39 a 41 da atual LDB, a Escola passa a ofertar, nos moldes dessa Reforma, cursos de Nível Básico, Técnico e o Ensino Médio. Nesse momento, os desenhos curriculares assumem uma estrutura modular, por competências, e dissocia o ensino médio do técnico. Convém ressaltar que a concepção subjacente a esse modelo não teve aceitação de parte expressiva dos educadores. Além desses fatores, destaca-se também que, nesse período, os alunos egressos do ensino fundamental matriculavam-se no ensino médio e ao concluírem esse nível de ensino, quando aprovados no concurso vestibular, evadiam-se dos cursos técnicos, elevando assim, os índices de evasão da Instituição, apesar da oferta da concomitância interna.

Em 23 de julho de 2004, entra em vigor o Decreto 5.154 que revoga o Decreto 2.208/97, definindo e regulamentando nova articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, através da forma integrada. A partir dessa prerrogativa legal, o CEFET-SE pode estruturar seus currículos, ofertando em 2007 dez cursos técnicos integrados e quatro na modalidade EJA, tendo como pressuposto a formação integral do educando, superando assim a segmentação e a desarticulação entre formação geral e profissional, partindo-se da compreensão de que Educação é o exercício de uma prática social transformadora e que a missão deste Centro é promover educação que combine os saberes científicos, tecnológicos e humanistas, contribuindo com a formação do cidadão trabalhador, crítico, reflexivo, competente, comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais, possibilitando-lhe assim, situar-se de forma satisfatória e ética no mutante mundo do trabalho.

3.3 Abordagem Histórica e Desenvolvimento da EAFSC

A Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão tem sua origem no Patronato São Maurício, que fora criado em 1924 pelo governo do Estado de Sergipe e oferecia curso de aprendizes artífices a crianças e adolescentes com problemas de ajustamento social e emocional.

Em 1926, o Patronato teve sua denominação modificada, passando a se chamar “Patronato de Menores Francisco de Sá” em homenagem ao Ministro da Aviação do Governo Artur Bernardes. Em 1931, o interventor federal, Augusto Maynard Gomes, modificou a denominação do Patronato, que passou a se chamar “Patronato de Menores Cyro de Azevedo”.

Em 1934, dez anos após a sua criação, o “Patronato de Menores” foi federalizado e por Decreto denominado “Aprendizado Agrícola de Sergipe” e, em 1939, passou a “Aprendizado Agrícola Benjamin Constant”. A partir de 1943, é autorizado a manter cursos de Ensino Rural com duração de 3 (três) anos, destinados à formação de trabalhadores rurais (NASCIMENTO, 2004, p. 81).

O programa de ensino agrícola de grau elementar e médio foi institucionalizado, no Brasil, pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto Lei nº 9.613, de 20/08/1946, e artigos 2º e 4º do Decreto Federal n.º 22.470, de 20/01/1947, que apresentava a seguinte inovação: criação de escolas agrícolas, que deveriam funcionar em regime de internato, onde seriam ministradas as quatro séries do 1º ciclo (Ginásio Agrícola) e as três séries do 2º ciclo, atribuindo-se aos concluintes o diploma de Técnico em Agricultura.

Neste momento, em Sergipe, o Aprendizado recebeu nova denominação, passando a se chamar “Escola de Iniciação Agrícola Benjamin Constant”, ministrando o curso de Iniciação Agrícola, em dois anos, para qualificar operários, com possibilidade de concluir o curso de Mestría Agrícola com mais três anos de estudos. Em 1952, quando a escola passou a ministrar os ensin

primário e ginásial, foi denominada “Escola Agrícola Benjamin Constant”, com o objetivo de formar técnicos agrícolas, mantendo dois cursos: o de Técnico em Agropecuária e o de Preparação em Economia Doméstica.

Em decorrência da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), as Escolas Agrícolas passaram a ser denominadas de Colégios Agrícolas, ministrando as três séries do 2º ciclo (Colegial) e conferindo aos concluintes o diploma de Técnico. Tal iniciativa foi viabilizada com base no Decreto-lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola, cujo artigo 1º, *in verbis*: “Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura”.

Em 1964, outra vez se modificou o nome da instituição para Colégio Agrícola Benjamin Constant. Neste período era ministrado o Curso Técnico Agrícola e teve início a oferta do Curso Técnico em Economia Doméstica.

Em 1967, através do Decreto 60.731, os Colégios Agrícolas passam a ser subordinados ao Ministério da Educação e da Cultura, vinculados à Diretoria de Ensino Agrícola (DEA) e posteriormente, em 1970, à Diretoria de Ensino Médio (DEM). Em sintonia com o modelo desenvolvimentista adotado pelo governo, as escolas buscam ajustar suas ações às demandas decorrentes do surgimento de grandes empresas voltadas para o desenvolvimento de tecnologias agrícolas, cuja base metodológica fundamenta-se na educação para o trabalho, com a premissa filosófica do “aprender a fazer e fazer para aprender”. Competiam aos discentes as tarefas, desde a plantação até a comercialização, preparando-os para a administração de propriedades agrícolas, era o sistema denominado escola-fazenda. A produção e o trabalho eram as bases educativas que fundamentavam esse modelo de ensino.

A denominação Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE adveio com o Decreto no 83.935 de 04/09/79, cujo teor alterou a denominação dos estabelecimentos de ensino subordinados à COAGRI.

Em 1973, através do Decreto 72.434, foi criada a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola – COAGRI, no Ministério da Educação e da Cultura que, em 1975, ganha autonomia administrativa e financeira e passa a denominar Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário.

Com o advento do Decreto n.º 93.613/86, extinguiu-se a COAGRI e criou-se a Secretaria de Ensino de 2º Grau – SESG, que absorveu as atividades do referido órgão. Em 1990, o Decreto n.º 99.244/90 reorganiza a Administração Federal, transformando a SESG em Secretaria de Educação Tecnológica – SENETE e, posteriormente, em 1992, em Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC.

Em 1993, a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão é transformada em autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, através da Lei nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993.

3.4 Nova Estruturação do IFS

Com a criação do IFS, a Unidade Sede e a UNED Lagarto do CEFET tornaram-se, respectivamente, Campus Aracaju e Campus Lagarto, enquanto a EAFSC, tornou-se Campus São Cristóvão.

O Campus Aracaju, instituído em 2009 e implantado na estrutura da antiga Unidade Sede do CEFET-SE, situa-se no Bairro Getúlio Vargas na cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, localiza-se no litoral e é banhada por dois grandes rios: Sergipe e Poxim. Possui, de acordo com o censo 2013, uma população de 614.577 habitantes. A economia aracajuana baseia-se nos serviços e na indústria. Ocupa posição geográfica privilegiada, que lhe permite exercer influência direta nos municípios de Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão, os quais fazem parte da região considerada “Grande Aracaju”.

Atualmente o Campus oferta cursos na modalidade EAD e cursos presenciais técnicos integrados ao ensino médio em Alimentos, Edificações, Eletrotécnica, Eletrônica, Informática e Química; Técnicos Subsequentes em Alimentos, Edificações, Eletrotécnica, Eletrônica, Guia de Turismo, Hospedagem, Informática, Petróleo e Gás, Química e Segurança no Trabalho; Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Turismo e Saneamento Ambiental; Licenciaturas em Física, Química e Matemática e, Bacharelado em Engenharia Civil; além de ofertar cursos vinculados aos programas: PROEJA, PROFUNCIONÁRIO, PRONATEC e Mulheres Mil.

O Campus Lagarto situa-se em área rural, distando 5 km do centro da cidade de Lagarto, na mesorregião do Agreste Sergipano, a 75 km da capital. O município de Lagarto encontra-se entre os quatro maiores municípios do Estado, possui população de aproximadamente 100.000 habitantes e economia baseada no comércio, indústria e agroindústria. Ocupa posição geográfica privilegiada, que lhe permite ser referência para as cidades de Tobias Barreto, Simão Dias, Riachão do Dantas, Pedrinhas, Boquim, Salgado, Paripiranga/BA e Rio Real/BA.

Atualmente o Campus oferece cursos na modalidade EAD e cursos presenciais Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Edificações, Desenho de Construção Civil, Eletromecânica, Redes de Computadores e Manutenção e Suporte em Informática; Técnico Subsequente em Edificações e

em Eletromecânica; Tecnólogo em Automação Industrial, Licenciatura em Física, Bacharelado em Sistemas de Informação, além de atender a programas como o PROEJA, PROFUNCIÁRIO, PRONATEC e Mulheres Mil.

O Campus São Cristóvão, parte integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, atua na área educacional promovendo educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e cursos superiores de tecnologia. É a única instituição no estado de Sergipe a disponibilizar regime de internato para alguns estudantes, fornecendo moradia e alimentação.

Composto por uma área de 868 hectares, o Campus localiza-se na BR-101, Km 96, Povoado Quissamã, município de São Cristóvão. Oferece cursos técnicos de Agropecuária (modalidade integrada e subsequente), Agroindústria (modalidade integrada, concomitante e subsequente), Agrimensura (subsequente), Manutenção e Suporte em Informática (modalidade integrada, concomitante, subsequente e PROEJA), correspondentes aos de nível médio, e os cursos superiores de Tecnologia em Agroecologia e Tecnologia em Alimentos, além dos programas governamentais: Mulheres Mil e PRONATEC.

Com o objetivo de ampliar sua área de atuação, o Campus criou um Polo Descentralizado, na cidade de Cristinápolis, através de convênio firmado com a prefeitura local, que oferta o Curso Técnico de Agropecuária, na modalidade concomitante, e já planeja a implantação de cursos na modalidade EAD.

3.5 A Expansão da Educação Profissional e Tecnológica

A expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), programada para ocorrer em três fases, no período de 2005 a 2014, é uma ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do atual governo. A partir de 2008, iniciou-se a segunda fase do plano de expansão, com a construção de 150 novas unidades para contemplar os 26 estados e o Distrito Federal. Em 2009, 64 unidades da primeira fase estavam implantadas ou em processo de implantação.

Na segunda fase da expansão, a definição das localidades contempladas orientou-se por uma abordagem multidisciplinar, fundamentada em análise crítica de variáveis geográficas, demográficas, socioambientais, econômicas e culturais, com destaque para as seguintes finalidades:

- Distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino;
- Cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada Unidade da Federação;
- Proximidade das novas unidades de ensino aos Arranjos Produtivos Locais instalados e em desenvolvimento;
- Interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior;

- Redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos;
- Aproveitamento de infraestruturas físicas existentes;
- Identificação de potenciais parcerias.

Nesta fase, foi autorizada, em 2008, a construção de 150 novos *Campi* pelo país, dentre eles, três no Estado de Sergipe, nos municípios de Nossa Senhora da Glória, Itabaiana e Estância, com vistas à interiorização da oferta pública de Educação Profissional e de Ensino Superior. Desses *Campi* novos, a sede própria de Estância será entregue à sociedade ainda no primeiro semestre de 2014, enquanto isso, todos eles estão funcionando em sedes provisórias.

3.5.1 Campus Estância

O Campus Estância situa-se no município de Estância, localizado no território sul sergipano, distando 67 km da capital. O município apresenta uma população de 64.409 mil pessoas (IBGE, 2013) e se destaca economicamente nas seguintes áreas: comércio, agricultura, indústria alimentícia e têxtil, construção civil, fornecimento de energia e turismo, com ênfase para a área litorânea.

Funcionando em uma sede provisória, através de convênio firmado com a Prefeitura, o Campus Estância oferta os cursos de Edificações e Eletrotécnica (na modalidade subsequente), definidos a partir de uma audiência pública e alinhados com os Arranjos Produtivos Locais - APLs.

O curso de Recursos Pesqueiros foi fruto de uma decisão interna, pois a direção geral, à época, juntamente com a equipe de servidores, entenderam que a sede provisória não apresentava estrutura física para a oferta do curso de Informática, aprovado em audiência pública, adiando esta oferta para o Campus definitivo.

A escolha de um curso na área pesqueira considerou os seguintes fatos: a região do Campus tem uma forte tradição na área da pesca, com 26 comunidades pesqueiras, sendo 12 em Estância, seis em Santa Luzia e oito em Indiaroba (cidades vizinhas), além de inúmeras organizações sociais de pescadores. Estas comunidades praticam diversos tipos de pesca, como também se dedicam a piscicultura e carcinicultura.

Além dos cursos técnicos presenciais, o Campus oferta o Curso Técnico em Administração, na modalidade EAD, e cursos em mais três programas do Governo Federal: PROEJA, Mulheres Mil, PRONATEC e PROFUNCIONÁRIO.

3.5.2 Campus Glória

O Campus Glória está situado na cidade de Nossa Senhora da Glória, popularmente conhecida como a “Capital do Sertão”. Localizada a 126 Km de distância da capital Aracaju, conta com uma população total de 32.497 habitantes e com uma economia em franca expansão, principalmente no setor de leite e derivados, devido à presença de importantes indústrias de laticínios. Outra atividade de grande importância na região é a agricultura, com destaque para as culturas do feijão e do milho, com uma produção semestral em torno de, respectivamente, 9.900 e 158.571 toneladas, no período de janeiro a julho de 2011 (EMDAGRO, 2011).

Os cursos ofertados visam colaborar com os principais APLs – Agricultura, Produção Alimentícia e Comércio – que foram definidos em audiências públicas nas quais foram observados os desafios e as oportunidades característicos da região.

Mesmo com as obras de construção do Campus (localizado no povoado Piabas) não concluídas, em 2011 foram firmados convênios com a Prefeitura Municipal e com o Governo do Estado, por meio da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), que permitiram o início das atividades, provisoriamente, no Parque de Exposições João de Oliveira Dantas.

Em 2011 e 2012, entraram em funcionamento os primeiros cursos regulares do Campus – Técnico em Alimentos, Técnico em Agroecologia e Tecnologia em Laticínios –, além de mais três programas complementares do Governo Federal: Mulheres Mil, Programa de Acesso ao Emprego e ao Ensino Técnico - PRONATEC e PROFUNCIONÁRIO, que objetivam a ampliação do acesso ao ensino profissional, científico e tecnológico.

3.5.3 Campus Itabaiana

O Campus Itabaiana está situado na cidade de Itabaiana, localizada na mesorregião do agreste sergipano, a 51 Km de distância da capital Aracaju, com uma população estimada de 91.873 habitantes e economia baseada, principalmente, nos setores Hortifrutigranjeiros, Transporte e Comércio. Os cursos ofertados neste Campus visam

colaborar com os principais Arranjos Produtivos Locais, observando-se os desafios e as oportunidades característicos da região, definidos em audiências públicas.

Em 2011, foi firmado convênio com o Governo do Estado, que permitiu o início das atividades, provisoriamente, nas dependências do Colégio Estadual Murilo Braga, enquanto as obras de construção do Campus não são concluídas. No segundo semestre deste ano, entrou em funcionamento o Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, na modalidade subsequente.

A partir de 2012, as atividades do Campus Itabaiana estão sendo desenvolvidas, provisoriamente, em um prédio locado. Neste mesmo ano, entraram em funcionamento o curso Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática e o Curso Técnico Subsequente em Agronegócio, além de mais três programas do Governo Federal: o PROEJA, o PRONATEC e o PROFUNCIONÁRIO. Somente em 2013, foram ofertados o Curso Superior de Tecnologia em Logística, o Curso Técnico Integrado em Agronegócio, o Programa Mulheres Mil, além dos cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC e os ofertados na modalidade à distância: Técnico em Transações Imobiliárias e Técnico em Administração.

3.5.4 Terceira fase da expansão

Atualmente, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica dispõe de 354 unidades e mais de 400 mil vagas em todo o país. Com a terceira fase da expansão, iniciada em 2011, serão 562 unidades, pois outras 208 novas escolas estão previstas para serem entregues até o final de 2014.

Nesta fase, o IFS foi contemplado com mais quatro *Campi*, localizados nos municípios de Nossa Senhora do Socorro, Tobias Barreto, Propriá e Poço Redondo, que atenderam aos critérios utilizados pelo Governo Federal, como de serem municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais.

Desse modo, em atendimento ao acordo firmado entre o Governo Federal e os 120 Municípios contemplados, o Instituto aceitou os terrenos doados pelas respectivas prefeituras para a instalação das unidades de Educação Profissional.

Numa segunda etapa, o IFS elaborou os projetos arquitetônicos, abriu licitação e deu início à ordem de serviço para construção dos novos *Campi*. Atualmente, aguarda

autorização do MEC para funcionamento provisório em estruturas fornecidas pelos municípios.

3.6 Finalidades e características do IFS

O IFS, a exemplo das demais instituições de ensino que integram a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, de acordo com a Lei Nº 1.892/2008, tem por finalidades e características:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Sergipe;
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais sustentáveis, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

3.7 Objetivos

- I. Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. Ministrando em nível de Educação Superior, em consonância com o art. 8º da Lei nº 11.892/2008:
 - a. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c. cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d. cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
 - e. cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

3.8 Missão¹

¹ O CEFET-SE elaborou o seu primeiro PDI, em atendimento ao disposto no Art. 5º do Decreto no 5.225/2004, através de comissão de professores e técnicos administrativos constituída pela portaria da Direção Geral nº17, de 11 de janeiro de 2005. Esse PDI, no final de agosto de 2005, retornou do MEC, com prazo determinado para diligências. Ocorre que naquele momento acabava de ser empossado Diretor Pró-Tempore que viera a Aracaju para mediar o conflituoso processo eleitoral de escolha do novo Diretor-Geral da Instituição. As diligências não foram atendidas e o processo arquivado. Em 9 de maio de 2006 o Decreto no 5.225/2004 foi revogado pelo Decreto no 5.773, estabelecendo-se novas disposições sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Promover a educação profissional, científica e tecnológica de qualidade, em diferentes níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, extensão, pesquisa e inovação para formação integral dos cidadãos capazes de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

3.9 Visão

Ser uma instituição de educação profissional, científica e tecnológica de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

4. Na Interação com os Problemas Locais

A globalização, embora anuncie a inserção de todos, gerou a exclusão dos países pobres e em desenvolvimento do acesso a condições de vida que representam a dignidade humana. Há que se considerar também que vivenciamos problemas de toda ordem, tais como:

Sociais: empobrecimento da maior parte da população expresso na miséria e na fome; déficit de saneamento básico; falta de segurança pública; condições precárias de saúde física e mental; descaso com a educação; precarização das condições de trabalho expressa em elevadas taxas de desemprego, baixos níveis salariais e carência de mão de obra qualificada. Notoriamente, a exclusão social cresce a cada dia, marcada pela má distribuição de renda, pela desigualdade social que repercute em desemprego, violência, uso de drogas e prostituição.

Políticos: concentração de poder político sustentado na força econômica; perdas de direitos sociais adquiridos; ruptura com preceitos éticos expressa em corrupção, lavagem de dinheiro, má administração pública e tráfico de influência.

Econômicos: constituição de blocos econômicos que determinam relações baseadas na maximização dos lucros; concentração do conhecimento (ciência e tecnologia) nas mãos

Compete agora à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC – instruir e decidir sobre os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de tecnologia, promovendo as diligências necessárias. Nesse contexto, após eleição do Diretor-Geral do CEFET de Sergipe, com ampla participação da comunidade, redefiniu-se o Plano Institucional, tanto na perspectiva de aditamento do seu primeiro PDI quanto na sua adequação às exigências do Decreto no 6.095/2007 e pleiteando, finalmente, a aprovação do plano 2009-2013 em decorrência das razões apresentadas e, principalmente, de sua transformação em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, através da Lei 11892, de 29 de dezembro de 2008.

de grandes grupos econômicos, colocando os países em desenvolvimento na condição de meros reprodutores e consumidores de tecnologia; imposição de princípios ditados pelas empresas transnacionais; protecionismo aos países desenvolvidos; queda em investimentos no setor industrial e rural; expansão no setor de serviços cada vez mais caracterizado pela informalidade das relações de trabalho; sobreposição de valores pautados na competitividade e no empreendedorismo em detrimento de valores de solidariedade e coletividade.

Culturais: imposição de valores de determinados grupos sociais; consumismo; banalização do sexo e da violência devido ao uso indevido de novas tecnologias de informação e de comunicação; hegemonia cultural devido à globalização e à imposição de determinados modelos da ciência e da tecnologia; xenofobia; submissão à velocidade das transformações materiais em detrimento do tempo de contemplação; preconceitos às minorias.

Religiosos: utilização da religião para fins econômicos e políticos, além do fundamentalismo religioso que gera conflitos e intolerância nas relações humanas.

Ambientais: vivem-se outros problemas de dimensão planetária relacionados às questões ambientais, tais como a poluição e o consumo irresponsável de recursos naturais como a água e a energia. Inundações, seca, processos de desertificação, furacões, terremotos, destruição da camada de ozônio, extinção de espécies, desastres ecológicos, incêndios nas florestas são, certamente, respostas às posturas inadequadas do ser humano no que se refere ao uso de matéria-prima proveniente da natureza, ao saneamento e à saúde.

Em especial no Nordeste do País e no Estado de Sergipe, por sua vez, convive-se com elevado êxodo rural e o conseqüente empobrecimento urbano, situações estas decorrentes de baixos investimentos na educação e de políticas marcadamente populistas, que não produzem mudanças reais nas condições de vida da população.

Além disso, vivem-se profundas mudanças no mercado de trabalho. Inicialmente aconteceu a restrição de vagas no mercado tradicional e, em seguida, exigiu-se uma mão-de-obra mais especializada, impossibilitando o imediato aproveitamento dos que perderam suas vagas.

Considerando-se os problemas expostos e o entorno da Instituição, observa-se que as mazelas sociais se aproximam. Já se convive com a violência em todas as regiões sergipanas, devido principalmente aos processos de exclusão sociocultural.

Apesar de esses problemas afetarem mais diretamente as classes populares, é preciso notar, por exemplo, que a violência é um fenômeno mundial, que acontece em qualquer classe social.

O quadro sócio-histórico-educacional aqui exposto ressalta uma gama de problemas. Entretanto, os sujeitos desta Instituição, envolvidos no processo de atualização do PPPI, manifestaram suas visões movidos pelo desejo de transformação.

Suas reflexões sugerem que o IFS, imbuído de sua função social, poderá contribuir com as transformações, atuando criticamente para reconstruir as representações que os sujeitos têm da realidade, de modo a promover a mudança de postura e de prática diante dessa realidade.

Isso é visível quando professores, alunos e técnicos-administrativos em educação anunciam DESAFIOS a serem assumidos pela Instituição, tais como:

- Assegurar o caráter público e gratuito da Instituição, visando à inclusão educacional e social;
- Orientar as ações com base em pressupostos éticos, entendendo que a sociedade vive uma crise de valores no que tange ao convívio social, à manutenção da paz e ao respeito aos direitos humanos;
- Proporcionar condições para que o aluno se torne capaz de fazer intervenções no tecido social, contribuindo para a superação de desigualdades;
- Atuar diretamente em problemas da comunidade;
- Construir a identidade coletiva e a autonomia da Instituição;
- Criar condições para que os servidores atuem de modo responsável e comprometido com a função social da Instituição.

Esses desafios implicam a quebra de muitos paradigmas relacionados à função do IFS na sociedade e remetem à educação como condição de libertação do homem. Ter direito à liberdade, à justiça e à dignidade é condição indispensável para a construção de uma nova ordem sócio-política. Mobilizar-se nessa direção significa condenar toda e qualquer ação que repercuta em exploração do Ser Humano e atuar para humanizar o globo e não globalizar o homem.

5. Princípios Filosóficos e Teórico-Metodológicos que Norteiam a Prática Acadêmica Institucional

O ser humano, singular em sua capacidade de amar, questionar, refletir, aprender, transformar e interagir com a realidade que o rodeia, tem possibilidades para desenvolver suas capacidades e superar seus próprios limites em harmonia com a família e a sociedade. Através da autoconsciência, o homem é capaz de pensar sobre seu existir, fazer uma análise do passado e projetar seu futuro. O seu desenvolvimento acontece alicerçado, dentre outros, em valores de justiça, lealdade, dignidade, bondade e solidariedade, tornando-o um Ser ético.

O IFS tem em sua base filosófica uma concepção de ser humano que possui consciência de si mesmo, que se caracteriza como um ser crítico, com autoestima elevada, justo e leal aos princípios da ética e da moral que delineiam a conduta humana e tem como compromisso materializar esses princípios na formação profissional.

A ética da identidade assume como básicos os princípios que norteiam a política da igualdade e por isso requer o desenvolvimento da solidariedade e da responsabilidade, estes últimos, em um mundo de trabalho cada vez mais competitivo, só podem ser concretizados pelo respeito aos direitos de todos à educação e ao trabalho.

O IFS tem como finalidade o desenvolvimento de uma educação profissional de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, constantemente confrontada com a realidade local e regional. Prioriza em suas atividades administrativas e pedagógicas um modelo de gestão baseado no diálogo e na busca de sintonia da práxis educativa com o compromisso social deste Instituto, observando sempre o princípio de indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, dimensões que se retroalimentam dialeticamente no processo educativo.

No IFS, o ensino se ocupa da (re)construção dos conhecimentos, viabilizando e favorecendo a aplicação dos saberes construídos por meio da pesquisa e da contextualização do conhecimento tecnológico, pela troca de experiências e pelo legado da criação cultural, mediante a ação comunitária (extensão).

A construção desse conhecimento terá por base a reflexão crítica e a prática efetiva da cidadania, viabilizando ao estudante autoria no processo de investigação, de construção, de produção, de sistematização e de democratização do saber.

Nessa perspectiva, a pesquisa se configura como um princípio educativo que impulsionará a busca de novos conhecimentos a serem constituídos à luz da intervenção do sujeito sobre sua própria realidade (extensão). A concretização da pesquisa por meio da extensão fomentará a renovação da prática educativa e dos currículos, retroalimentando o ensino. Ainda atendendo a sua função educativa, a pesquisa prescinde dos conhecimentos disseminados pelo ensino, como um

ponto de partida para novas descobertas, e interdepende da extensão para difusão e aplicação da sua produção.

Assim, estabelece-se a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão. Nessa dinâmica, em que a pesquisa aprimora e produz novos conhecimentos, os quais são difundidos pelo ensino e pela extensão, as três dimensões tornam-se interdependentes e atuam de forma sistêmica.

5.1 A Proposta Político-Social da Instituição

O contexto sócio-político no qual estamos inseridos nos permite considerar a proposta educacional, política e cultural que possibilitará a construção de um plano pedagógico que atinja as finalidades da Instituição, definindo seu papel de forma clara, suas formas operacionais e os caminhos que pretende seguir.

Neste contexto exige-se pensar nos rumos do IFS, quais são as suas tendências majoritárias e suas alternativas. Desta forma, considera-se que a instituição que não refletir sobre este momento crucial será, inevitavelmente, levada à deriva dos interesses mais conservadores da sociedade. Assim sendo, é inevitável e imprescindível a modernização das instituições transformando-as num local privilegiado onde o saber não é seu único universo, mas também o de preparar indivíduos críticos, sociais e competitivos para o mundo do trabalho.

Dentro desta nova tendência pedagógica, o IFS busca construir o seu PPPI de forma participativa, aglutinando crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar e do contexto sociocultural e científico, constituindo-se em um compromisso político-pedagógico.

Sendo assim, para um resultado mais eficaz a ser alcançado, a comunidade necessita planejar seus desejos e suas ideias para que suas ações sejam interrelacionadas e/ou integradas na direção de um objetivo maior, que é o cumprimento da sua função social.

6. Possíveis Alianças para Consolidação das Propostas

6.1 Alianças Internas

As alianças internas serão constituídas de um conjunto de ações integradas dos agentes do IFS, em especial os docentes, no sentido de fomentar as ações de

transversalidade de conteúdos presentes no itinerário formativo e nas diversas ações pedagógicas.

No caso específico dos cenários dos cursos já em funcionamento no IFS, a construção dos “itinerários curriculares” vem sendo feita de forma colegiada, com as atualizações contínuas e em consonância com as demandas técnicas, bem como, com a legislação vigente. Desta maneira, as matrizes curriculares refletem as demandas sócio-antropológicas, psicológicas, epistemológicas e pedagógicas de cada um dos respectivos cursos bem como o delineamento do perfil do egresso desejado.

7. Marco Pedagógico: Desenvolvimento do Currículo

7.1 Concepções curriculares

Na elaboração dos currículos, busca-se contemplar o processo de construção do conhecimento técnico-científico, que se articula ao espectro de valores humanísticos. A dinâmica e realização dos saberes curriculares se configuram a partir do entendimento de que ciência e técnica não se apresentam apenas como meio ou dispositivo, mas, principalmente, como modo de inserção na realidade, promovendo através do ato educativo a capacidade de ação, transformação e interação do homem com o meio.

Importante elemento da organização acadêmica, o currículo nesta Instituição é concebido como um espaço de formação plural, dinâmico e multicultural, fundamentado nos referenciais sócio-antropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos. Estes referenciais instituem o currículo como um conjunto de elementos que integram o processo de ensino-aprendizagem num determinado tempo e contexto. São promovidas continuamente a atualização, a flexibilização e o aperfeiçoamento desses currículos, partindo-se dos elementos extraídos dos processos avaliativos.

No Projeto Pedagógico de Curso - PPC, documento de orientação acadêmica, consta, dentre outros elementos: a organização curricular, conhecimentos e saberes necessários à formação profissional requerida pelo perfil do egresso; estrutura curricular; ementa por componente curricular, bibliografias básica e complementar; estratégias de ensino; equipe docente e administrativa; recursos materiais, serviços de laboratórios e infraestrutura de apoio ao funcionamento do curso.

Os Projetos Pedagógicos de Cursos no IFS são construídos coletivamente e têm como parâmetros a legislação de ensino em vigor, as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Catálogos Nacionais de Cursos Superiores e Técnicos, atualmente definidos por eixos tecnológicos. Ao se instituírem estes eixos, possibilitou-se a construção de uma linha central definida por matrizes

tecnológicas, que perpassa transversalmente e sustenta a organização curricular dando identidade aos cursos técnicos de nível médio e aos cursos superiores de tecnologia, imprimindo assim, direção aos PPCs.

Partindo dessa compreensão, infere-se que a consonância dos PPCs com os eixos tecnológicos tende a fortalecer a identidade dos Cursos, viabilizando a sintonia desses com as vocações e peculiaridades regionais, além de promover maior visibilidade aos títulos acadêmicos, através de uma definição mais clara da abrangência de atuação dos profissionais no mundo do trabalho.

A operacionalização dos currículos deste Instituto demanda ações educativas que devem fomentar a construção de aprendizagens significativas e viabilizar a articulação e a mobilização dos saberes, estabelecendo um relacionamento ativo, construtivo e criador com o conhecimento. Devem ser priorizadas estratégias e metodologias que rompam com a dualidade entre teoria e prática e que possibilitem a conjugação dos saberes técnicos, científicos e culturais.

Destarte, para assegurar a concretização dessa proposta curricular, desenvolvem-se metodologias de integração entre os componentes curriculares, tendo como princípios a interdisciplinaridade, a contextualização, a flexibilidade e a valorização das experiências dos alunos, vinculando-as aos saberes acadêmicos, ao trabalho e às práticas sociais.

Julga-se também imprescindível nesse processo a clareza na perspectiva dos olhares docente e discente sobre as atividades pedagógicas, cabendo ao docente posicionar-se como mediador do processo, preparando-se para enfrentar os desafios dessa ação educativa, comprometendo-se com o seu fazer diário, que também deve ser coletivo e passível de avaliação permanente.

Quanto ao aluno, este será o protagonista do processo educativo, engajando-se na construção dos valores que fundamentarão o seu desenvolvimento intelectual, humano e profissional. A organicidade dos currículos tem por objetivo a formação integral do estudante, através de atividades educativas, voltadas para assegurar a integração entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia, além da seleção adequada dos conteúdos e da sua inter-relação.

De acordo com Ramos (2005, p.114), a proposta de integração curricular possibilita às pessoas apreender a realidade para além da sua aparência fenomênica.

7.2 A pluricurricularidade no IFS

Dando continuidade a proposta pluricurricular já implantada na Instituição, o IFS permanece oferecendo todos os níveis e modalidades da EPT: formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas nas áreas da ciência, engenharia e programas de pós-graduação.

Com essa amplitude, a Instituição possibilita uma diversidade de propostas curriculares, flexibilizando os itinerários de formação e a integração dos níveis da educação básica e superior. Nesse sentido, o ambiente multifacetado do processo educativo possibilita ricos elos pedagógicos que fortalecem as relações entre o saber e o fazer. Trabalhar o conhecimento de forma integrada e verticalizada vem exigindo novas posturas da prática docente, pois os novos currículos estabelecem diálogos entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e as habilidades relacionadas ao trabalho, possibilitando superação da prática dualista da educação.

7.3 Concepções e princípios dos currículos em desenvolvimento no IFS:

7.3.1 Técnicos de nível Médio – Integrado ao Ensino Médio

Os currículos dos cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio têm como pressuposto a formação integral do profissional, superando a segmentação e a desarticulação entre formação geral e formação profissional. Partem da compreensão de que a educação é o exercício de prática social transformadora e de que a função deste Instituto é promover uma educação que integre os saberes científicos, tecnológicos e humanistas, visando à formação de um cidadão crítico, reflexivo, competente tecnicamente e comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais e em condições de se inserir de forma satisfatória no mundo do trabalho.

7.3.2 Técnicos de nível Médio na modalidade EJA/PROEJA

As propostas curriculares dos Cursos Técnicos de nível Médio Integrados ao Ensino na modalidade EJA/PROEJA têm em seu cerne uma perspectiva de inclusão, considerando os altos índices de jovens e de adultos com baixo grau de escolaridade e sem qualificação profissional, fato que inviabiliza a inserção destes no mundo do trabalho e no tecido social.

O currículo proposto para esse segmento busca consolidar um dos princípios da função social deste Instituto, que consiste na democratização da Educação Profissional e Tecnológica, assegurando oferta integrada ao Ensino Médio àqueles que não tiveram acesso à educação formal na idade regular, possibilitando-lhes condições de efetivar a sua cidadania, através da elevação do grau de escolaridade e da formação profissional.

7.3.3 Técnicos de nível Médio – Subsequente ao Ensino Médio

Oferta destinada aos egressos ou concluintes do Ensino Médio. A organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio possibilita a construção de conhecimentos técnico-científicos necessários ao desempenho da atividade laboral, definida pela habilitação profissional. Esses currículos proporcionam condições para o desenvolvimento do espírito investigativo e crítico em relação aos processos produtivos e à organização do trabalho, através de saberes contemplados em seus componentes curriculares e na interatividade com o aluno, além da disposição para buscar o conhecimento de novas tecnologias e aprender continuamente.

7.3.4 Cursos Superiores de Tecnologia

Os cursos superiores de tecnologia voltados à gestão, desenvolvimento e difusão de processos tecnológicos, visam formar profissionais – tecnólogos – para atender a campos específicos no mundo do trabalho. Destinados aos concluintes do ensino médio ou equivalente, esses currículos contemplam abordagens interdisciplinares e possibilitam ao aluno sólida formação técnico-científica.

7.3.5 Licenciaturas

Os projetos pedagógicos das Licenciaturas do IFS visam à formação docente para atuar na Educação Básica e Profissional, com os currículos estruturados de maneira a formar o docente com saberes e conhecimentos pedagógicos e científicos, que viabilizem uma prática compatível com as demandas educativas de promoção e desenvolvimento dos alunos.

Esse currículo prioriza estratégias que desenvolvam no licenciando atitudes éticas, críticas, reflexivas e investigativas frente ao processo ensino-aprendizagem, contemplando em seus componentes curriculares a pesquisa como uma prática inerente ao fazer pedagógico e possibilitando ao licenciando a compreensão do papel sociopolítico da educação.

7.3.6 Bacharelados

Nos Cursos de Bacharelado ofertados pelo IFS, as propostas curriculares apresentam itinerários formativos que propiciam formação profissional aos estudantes, capacitando-os a desenvolverem novas tecnologias. Estimulam-se os bacharéis a atuarem de maneira eficiente na identificação e resolução de problemas, considerando aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

As propostas curriculares estão ancoradas em dois princípios: o primeiro pressupõe a necessidade de serem criados cursos flexíveis, permanentemente atualizados e contemporâneos da tecnologia; o segundo implica a oferta de cursos que tenham nichos de mercado claramente definidos.

7.3.7 Pós-graduação

A implantação de cursos de pós-graduação no IFS enseja a formação de profissionais para atuar nos campos da Educação, Ciência e Tecnologia. Os projetos pedagógicos destes cursos devem ser estruturados e articulados com conhecimentos e saberes que possibilitem a qualificação de profissionais para a pesquisa aplicada em áreas específicas, a inovação tecnológica, a transferência de tecnologia para a sociedade e o exercício profissional especializado, observando as demandas dos arranjos produtivos locais e regionais.

7.4 Atividades de prática profissional e estágio

No IFS a prática profissional desenvolvida visa à construção de saberes definidos nos PPCs, através de atividades orientadas por um professor da área do conhecimento, de acordo com o objeto de estudo do aluno. São consideradas práticas profissionais atividades como: estudos de casos, vivências no sistema produtivo, pesquisas, projetos técnico-científicos e comunitários. As atividades referentes à prática profissional estão previstas nos projetos de cursos, com suas respectivas cargas horárias totais, horários semanais, metodologias e instrumentos de avaliação.

O estágio obrigatório propicia ao aluno a complementação do processo ensino-aprendizagem, sendo planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os PPCs e legislação em vigor. Em busca da ampliação da oferta de estágio, ações e estratégias de interlocução e interação com o sistema produtivo e instituições públicas vêm sendo desenvolvidas, mas precisam ser potencializadas, no sentido de estreitar as relações entre o IFS, as empresas e a comunidade.

Esse processo fomenta a inserção dos alunos no mundo do trabalho, além de ser um instrumento efetivo de avaliação e de retroalimentação dos currículos, que estabelecem os itinerários e os processos formativos dos alunos deste Instituto. A sistemática de acompanhamento de estagiários obedece a uma normativa interna e é realizada pela Central de Estágios do IFS – CENEIFS, em conjunto com os Núcleos de Apoio ao Estágio – NAE, existentes em cada Campus.

7.5 Processo de Avaliação

A avaliação da aprendizagem, que atenda aos princípios metodológicos definidos nas propostas curriculares do IFS, é processual. A prática educativa coloca essa avaliação como norteadora de um trabalho de construção de conhecimentos, indispensável ao processo de retroalimentação e redefinição dos procedimentos pedagógicos adotados pelos professores e estudantes.

Os aspectos qualitativos assumem posição relevante na avaliação, os quais serão contemplados no processo avaliativo, através da adoção de metodologias estimuladoras da criatividade e da autonomia do estudante. A operacionalização desse processo avaliativo ocorre através de pesquisas, projetos e soluções de problemas. O aspecto quantitativo também é utilizado como forma de registro do desempenho acadêmico do estudante.

Portanto, a avaliação do desempenho escolar será diagnóstica e processual, verificando o desenvolvimento dos conhecimentos e saberes construídos durante o processo ensino-aprendizagem. O aproveitamento escolar será realizado por meio do acompanhamento contínuo do aluno, utilizando-se estratégias, instrumentos e técnicas que possam aferir seu desempenho nas atividades teórico-práticas.

Dentre os instrumentos e técnicas de avaliação que poderão ser utilizados, destacam-se o diálogo, a observação, a participação, as fichas de acompanhamento, os trabalhos individuais e em grupo, testes, provas, pesquisas bibliográficas e de campo, demonstração prática, seminários, elaboração e execução de projetos, produção científica e artístico-cultural.

Constatadas dificuldades de aprendizagem, o professor deverá propiciar aos alunos reorientação de estudos para que possam superar as dificuldades apontadas no processo avaliativo.

7.6 Práticas Pedagógicas Inovadoras

As práticas pedagógicas a serem adotadas pelos educadores do IFS devem ter como prioridade a aprendizagem dos alunos. Nesta perspectiva, a seleção das metodologias de ensino partirão do pressuposto de que quanto mais desafiadoras forem, mais contribuirão para o desenvolvimento de atitudes investigativas e autônomas dos alunos frente ao processo de aprendizagem.

Dentre outras atividades, visitas técnicas, feiras, mostras e exposições tecnológicas devem ser realizadas com o objetivo de socializar, contextualizar e relacionar saberes e processos pedagógicos com o mundo do trabalho. Essas atividades não se contrapõem e nem banalizam as

práticas de transmissão de conhecimento, pois se constituem em procedimentos válidos no processo de ensino.

É conveniente salientar que, ao utilizarem práticas expositivas para atender especificidades das suas disciplinas, os professores buscam apoio de novas tecnologias da informação e comunicação dentre outros instrumentos facilitadores da aprendizagem e potencializadores da interação professor-aluno.

8. Perspectivas em relação à prática docente

A prática docente no IFS deverá ser permeada por espaços de decisão, de diálogo e de negociação, assegurando espaço também para o erro, o acerto, a expressão e o novo, com respeito aos medos e anseios inerentes ao processo de ensino-aprendizagem.

Para tanto, o educador deve assumir uma postura democrática, com visão transitiva, para não se fechar em si. Na prática pedagógica, deve haver um projeto que priorize as especificidades e interesses individuais e coletivos dos discentes.

Nesta perspectiva, estabelecer-se-á um novo contato pedagógico que direcione o investimento ao aluno, valorizando o que ele sabe, as suas potencialidades e o que ainda não domina, para que dessa forma possa incluí-lo efetivamente no processo ensino-aprendizagem.

De acordo com Vasconcellos (2007, p. 127):

“Impõe-se, portanto, a atuação do educador como elemento provocador, desequilibrador, estimulador do grupo, no sentido que este rompa seu estágio cognitivo em vista de um nível mais complexo e abrangente, tornando-o aberto e sensível aos fatos da realidade que precisa compreender (e intervir). O que se busca é que o sujeito domine tanto o ‘porquê’ quanto o ‘para quê’ e o ‘como’. No processo de desenvolvimento, todo sujeito deve chegar a ser capaz dessa abertura e busca do conhecimento por si mesmo (autonomia).”.

Dessa forma, será conferido ao educando o papel de sujeito da aprendizagem, permitindo espaço de abertura e busca autônoma na construção do conhecimento.

9. Diretrizes Pedagógicas

As Diretrizes Pedagógicas que norteiam as políticas educativas do IFS emanam dos princípios e das concepções estruturantes da sua identidade e do seu compromisso social, contemplando desde a educação básica até a pós-graduação, sempre em sintonia e comprometidas com o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural, contextualizando com os arranjos produtivos locais.

Nessa perspectiva, o IFS busca desenvolver e potencializar ações que respondam aos desafios que se impõem à consolidação de sua identidade institucional, para tanto foram propostos coletivamente procedimentos do fazer pedagógico:

- Potencializar estratégias de interação com o sistema produtivo e interlocução com outras políticas, no sentido de fortalecer o diálogo do IFS com a sociedade;
- Fomentar a integração entre ensino, pesquisa e extensão, como processo inerente ao ato educativo, numa perspectiva de aprendizagem continuada, como possibilidade de construir e socializar saberes com maior amplitude, de forma crítica e transformadora;
- Planejar e construir coletivamente referenciais teórico-metodológicos que norteiem o trabalho pedagógico no IFS;
- Adotar processo educativo investigativo, que elimine a dicotomia teoria/prática e fomente a (re)construção de conhecimentos científicos, por meio da pesquisa, em todos os níveis e modalidades de ensino;
- Buscar a (re)construção do conhecimento através da intervenção na realidade, promovendo contextualização, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade dos saberes com vistas à sua aplicação em projetos comunitários;
- Promover programas de formação continuada dos educadores para atualização dos conhecimentos em suas áreas de atuação, possibilitando adequação de suas metodologias às necessidades de aprendizagem dos alunos;
- Implementar propostas curriculares flexíveis e comprometidas com as questões sociais, éticas e ambientais, relacionando-as às áreas específicas de formação profissional e do tecido social;
- Divulgar para a comunidade tecnologias e projetos desenvolvidos na Instituição, através de eventos e programas, estimulando o interesse pela pesquisa e produção;
- Ampliar as condições de acompanhamento psicopedagógico e social dos alunos;
- Ampliar e Fortalecer os programas educativos do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE;
- Promover fóruns e pesquisas com educadores e estudantes do PROEJA, visando avaliar a efetividade da oferta de cursos nesta modalidade de ensino;
- Ampliar os procedimentos de assistência aos alunos, particularmente àqueles em regime de internato, de forma a promover a sua permanência com êxito.

10. Políticas de Ensino

O IFS fundamenta as suas políticas de Ensino nos princípios legais advindos da LDB e dos Decretos e Pareceres que a regulamentam e asseguram a autonomia e flexibilidade desta Instituição. As políticas aqui definidas devem contemplar com qualidade a diversidade de ofertas e atendimentos nos diversos níveis de educação profissional e ampliar as possibilidades de inclusão do aluno no mundo do trabalho, propiciando-lhe alternativas de educação continuada. Potencializar ações que promovam a interação ensino pesquisa-extensão em articulação com as exigências oriundas do mundo real.

Fundamentar os currículos no saber-fazer, saber-pensar e construir conhecimentos necessários à atuação do cidadão nas atividades sócio-laborais. Salienta-se que é propósito do ensino consolidar institucionalmente a compreensão de que o processo de aprender não termina na escola ou no trabalho, exigindo qualificação contínua do trabalhador.

10.1 Manutenção do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA

O elevado índice de jovens e adultos com baixo grau de escolaridade, sem qualificação profissional, inviabilizando sua inserção no mundo do trabalho e no tecido social determinou a implantação no IFS, em agosto de 2006, do PROEJA, com o funcionamento de quatro cursos: Mecânica, Instalações Elétricas, Serviços Hoteleiros e Desenho de Construção Civil. Pretende-se com essa oferta, apoiados por políticas públicas que financiem a continuidade e ampliação desses cursos, saldar uma dívida social através da elevação do grau de escolaridade do trabalhador ao nível médio, viabilizando simultaneamente seu acesso à educação profissional.

Há previsão de oferta do PROEJA/FIC, através da descentralização de recursos MEC/SETEC e em parceria com Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, prefeituras de São Cristóvão e Lagarto, para implantação e oferta contínua de cursos que possibilitem qualificação Técnica às populações dessas localidades.

10.2 Educação Inclusiva na perspectiva das necessidades específicas

A concepção de inclusão perpassa por um entendimento amplo do conceito que vai muito além do ato de incluir pessoas com necessidades específicas, mas também, diversos grupos excluídos historicamente como negros, índios ou quilombolas, mulheres, alunos de escola pública e pessoas com deficiência.

Segundo Bezerra e Souza (2012, p. 30) a:

[...] educação inclusiva, a rigor, seria um processo dirigido à universalização da educação de boa qualidade para todos, em todos os níveis, com todos e por toda a vida. Não se pode reduzi-la a uma única etapa da Educação Básica nem à exclusiva preocupação com as pessoas em situação de deficiência ou com deficiências, que ocuparam sempre a centralidade da educação especial. Trata-se da questão da própria interação partes/todo.”.

Dessa forma a Educação Inclusiva tem sido caracterizada como uma nova concepção que se constitui na escolarização de todas as pessoas, respeitando as diferenças e diversidades no processo de aprendizagem, e, que se propõe a re(formular) as práticas pedagógicas, resultando assim, numa ruptura de paradigmas e estereótipos instituídos nos sistemas escolares.

De acordo com o Art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB nº 9.394/1996) os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traz como objetivo “o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2010, p. 19).

O Decreto 7.611 de 2011 em seu Art. 5 traz como responsabilidade da União prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Tal apoio consiste em:

- I - aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado;
- II - implantação de salas de recursos multifuncionais;
- III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão;
- IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais;
- V - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
- VI - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e

No que diz respeito ao Instituto Federal de Sergipe, constatamos que em agosto de 2001 no Campus Aracaju foi implantado o Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais - NAPNEE, visando assessorar, planejar e executar as políticas voltadas para pessoas com necessidades educacionais específicas. Somente em meados de junho de 2012, por portarias, foi alterada a nomenclatura do NAPNEE para Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, e foi nomeado um representante para o Campus São Cristóvão e um para Lagarto, assim como, para os novos *Campi* em expansão: Itabaiana, Glória, Estância.

O NAPNE é composto por profissionais de diferentes áreas de atuação e tem por missão promover a cultura da educação para a convivência, o respeito às diferenças e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição e no espaço social mais amplo, de forma a efetivar os princípios da educação inclusiva; garantir a implementação de políticas de acesso, permanência e aprendizagem de pessoas com necessidades específicas; estimular atitude de inclusão na comunidade interna e externa de modo que as pessoas, em seu percurso, adquiram conhecimentos profissionais e também uma formação humana pautada na ética, na solidariedade e no respeito às diferenças.

Visando maximizar as ações isoladas em cada Campus referente à educação Inclusiva foi formado o Grupo de Trabalho do NAPNE, composto pelos representantes deste Núcleo em cada *Campi*, que objetiva construir e fortalecer as ações de Educação Inclusiva no IFS, e dessa forma busca reduzir as barreiras educativas através de uma política inclusiva criando possibilidades diferenciadas para ensinar, focando o olhar nas potencialidades e não somente nas dificuldades apresentadas pelo aluno, enxergando o aluno na sua totalidade e concretude, e a escola, como meio de desenvolvimento.

Muito ainda há de ser feito em relação a educação inclusiva no IFS e a melhoria da efetividade desse processo requer prioritariamente o apoio da gestão e a criação de uma diretoria sistêmica para o fomento de ações e projetos que intensifiquem a veiculação de saberes e a aquisição de recursos humanos e materiais que atendam plenamente os estudantes com necessidades específicas e deem suporte aos profissionais envolvidos nesse processo.

10.3 Educação a Distância

Em relação à oferta da Educação a Distância é consenso entre os educadores que essa possibilidade ampliará o processo de democratização da EPT e que a sua implementação deve observar requisitos de qualidade e de acessibilidade. A consecução dessa propositura impõe desafios pedagógicos que definem a necessidade de adoção de novos procedimentos de ensino,

dentre os quais a mediação didático-pedagógica dos processos de ensino e aprendizagem, através da utilização de meios tecnológicos de informação e comunicação.

Exige envolvimento de estudantes e professores no processo educativo, que ocorre em lugares ou tempos diversos, através de construção de novas redes de aprendizagens. Dessa forma, o Instituto Federal de Sergipe se propõe a implementar, como uma prática regular na Instituição, programas e cursos, utilizando essa modalidade de ensino, como uma forma efetiva de democratização da EPT em atendimento às demandas de cidadãos que por questões temporais, geográficas e econômicas não tiveram acesso a esses saberes.

11 Políticas de Extensão

O IFS, através de programas e projetos de extensão, objetiva aproximar, ampliar e consolidar o saber acadêmico construído neste Instituto, articulando-o às camadas populares, à melhoria de vida das populações carentes e ao setor produtivo. Nos cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, o IFS vem assegurando capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade.

O IFS também busca, através de projetos de extensão, contribuir com comunidades carentes, por meio de programas que gerem renda e emprego, a exemplo do Programa IFS Comunitário, minimizando, para esse segmento da sociedade, os efeitos negativos da exclusão social. Dentre as ações e projetos implementados por este Instituto, destacam-se:

- Qualificação profissional através da oferta de cursos de formação continuada à comunidade;
- Prestação de serviços que gerem expectativas de emprego e renda em todos os níveis de escolaridade, contribuindo para minimizar os fatores de exclusão social e para o desenvolvimento socioeconômico do Estado;
- Assessoria Técnica a ONGs na área de Construção Civil, através da elaboração de projetos arquitetônicos e sanitários, com a participação de professores e concluintes do curso de Construções Prediais do Campus de Aracaju e Lagarto;
- Consolidação da política de relacionamento com o setor produtivo;
- Criação e fortalecimento de programas de extensão com amplitude social;
- Criação de Coordenadoria de Relações Internacionais;
- Fomento à incubação de empresas;
- Fomento à pré-incubação de projetos empreendedores e projetos de empresa júnior;
- Consolidação da política de acompanhamento de egressos;

- Assessoria Técnica a agricultores, por meio de projetos Agroecológicos, com a participação de professores e concluintes do Curso de Agroecologia;
- Assessoria Técnica a comerciantes de produtos alimentícios, por meio de palestras e oficinas sobre o tema, com a participação de professores e concluintes do curso de alimentos e laticínios;
- Ampliação da oferta de cursos de extensão de cultura e arte, atividades desportivas, profissionalizantes, línguas estrangeiras, produção e redação científica, elaboração de projetos de pesquisa e extensão em todos os Campus.

11.1 Política de Acompanhamento de Egressos – PAE

O trabalho de acompanhamento pós-escolar realizado pela Diretoria de Extensão pressupõe, antes de tudo, uma forma mais ampla de pensar e conceituar o egresso. Tal conceito não deve ficar restrito, evidentemente, ao sentido de “ex-aluno”, isto é, alguém que saiu, que se afastou da escola para se inserir no mercado de trabalho. É bem mais que isso. Na verdade, o egresso deve ser reconhecido como ator social que possibilita uma maior e mais concreta articulação entre o IFS e o mundo do trabalho.

Dessa forma, o egresso deve ser permanentemente auscultado para melhor aparelhar a instituição que o diplomou. É ele, afinal, o ator que mais tem a dizer sobre a dinâmica das relações sociais e econômicas em que está inserido. É ele, enfim, a fonte que pode informar continuamente sobre as expectativas da sociedade a respeito da nossa Instituição.

O papel do egresso, no entanto, será mais importante na medida em que ele não se desfamiliarize do ambiente acadêmico e não se sinta um estranho em relação ao meio que o formou. Do contrário, ele sempre se sentirá um mero informante a quem se recorre em raros momentos em busca de dados que lhe parecem frios e burocráticos.

Daí, o acanhado índice de respostas nas pesquisas de egressos em geral. Para que o egresso se identifique com a nossa Instituição, é preciso assisti-lo da melhor forma possível desde o seu período de adaptação a novas circunstâncias pós-escolares, propiciando-lhe apoio e esclarecimentos, além de oportunidades de formação continuada. Assim estimulado, ele poderá desenvolver atitudes favoráveis e participar proativamente das atividades da Instituição.

Mas o conceito de egresso não deve se limitar apenas àqueles que, formados, passam a ocupar postos no mercado de trabalho. Deve incluir, da mesma forma, o educando que não logrou diplomação, desligando-se do seu curso por razões diversas, ou seja, todo um universo de discentes transferidos ou desistentes. Esse tipo de egresso, quase sempre ignorado, também deve ter direito à voz, para que se possa compreender mais concretamente eventuais problemas de evasão. Com tal concepção de egresso, pretende-se contribuir para a consolidação de uma cultura

permanente de registro e sistematização de dados sobre a situação pós escolar do educando e estudos de demandas profissionais. Nesse sentido, a pesquisa de egressos é instrumento fundamental para se diagnosticar problemas e rever premissas pedagógicas, constituindo-se em subsídio para a implementação de estratégias de melhoria da qualidade de ensino. Assim, o resultado que dela advém é imprescindível para o planejamento, definição e retroalimentação da nossa prática educacional.

Isto significará uma perspectiva de avaliação contínua da formação profissional aqui ofertada, identificando possíveis competências que o mercado requer, ou até induzindo-o a mudanças, a depender do grau de excelência na qualificação dos nossos egressos. O ato de pesquisar o destino do egresso, portanto, será uma forma de se ponderar sobre o mundo em que ele está inserido e dirigir olhares mais atentos sobre os diversos nexos entre educação e trabalho, em busca de indicadores que expressem a adequação dos nossos currículos.

12. Políticas de Pesquisa

Com a criação dos Institutos Federais as políticas de pesquisa e inovação tecnológica foram concentradas em uma única estrutura de gestão, a qual tem como políticas:

- Fomentar a divulgação científica pressupõe ações de incentivo e investimento na publicação de trabalhos de pesquisa em periódicos indexados; realização de eventos para a divulgação dos resultados das pesquisas;
- Promover a participação de professores em eventos científicos;
- Elaborar editorial e criação de um periódico científico para divulgar trabalhos da instituição, viabilizando a inclusão no sistema Qualis da CAP;
- Criar e consolidar Grupos de Pesquisa através de investimento na melhoria e manutenção da infraestrutura dos grupos de pesquisa;
- Garantir a distribuição dos recursos destinados à pesquisa em função da competência do pesquisador e da relevância do projeto;
- Ampliar a inserção do IFS no circuito nacional de financiamento da pesquisa;
- Instituir programa de incentivo e permanência de mestres e doutores no IFS;
- Estimular à inter e à multidisciplinaridade nas ações dos grupos de pesquisa;
- Organizar seminários por área do conhecimento;
- Criar modalidade de avaliação sistemática do funcionamento dos grupos;
- Apoiar a pesquisa por meio de editais específicos que contemplem a realidade socioeconômica de cada região;

- Ampliação do número de editais que favoreça a iniciação científica, que subsidiem eventos de divulgação da ciência, pesquisa e inovação tecnológica, que vislumbrem a tradução de artigos científicos;
- Apoiar a extensão tecnológica e registros de patentes;
- Incentivar parcerias entre o Instituto e indústrias locais;
- Criação de políticas institucionais de formação continuada de servidores visando o aumento da produção científica, do prêmio “Talento Inovador”;
- Elaboração de critérios nos *Campi* para o afastamento dos servidores em formação continuada.

12.1 Criação do Conselho Científico da Instituição

Como órgão consultivo da Reitoria, este conselho objetiva:

- Emitir pareceres sobre a criação de programas de pós-graduação;
- Construir editais relacionados ao fomento da pesquisa na instituição;
- Avaliar os programas da pós-graduação e os convênios interinstitucionais;
- Normatizar a criação dos conselhos de ética na pesquisa.

13. Responsabilidade Social do IFS

É função do IFS promover educação profissional e tecnológica, ofertando cursos nos diversos níveis e modalidades de ensino em sintonia com as demandas sócio-laborais, contribuindo para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais.

No projeto de criação dos Institutos Federais de Educação são notórias as responsabilidades e o compromisso social dessas instituições, que estão sendo convocadas a contribuir com os programas e processos de desenvolvimento e de inclusão social em um país historicamente marcado por enormes contradições na distribuição dos bens socialmente produzidos.

Há que se considerar que o papel requerido das instituições federais de educação profissional e tecnológica implica grande responsabilidade e o IFS enfrentará grandes desafios. Esta Instituição vem aperfeiçoando, transformando e (re)significando as suas práticas, no sentido de responder satisfatoriamente a essas responsabilidades e aos compromissos oriundos desse modelo que ora se apresenta.

O Instituto posiciona-se de maneira estratégica, enquanto instituição pública, nesse projeto de nação que busca a construção de uma sociedade justa e igualitária, pois através da educação e do trabalho pode-se assegurar inclusão social.

Nesse contexto, temos o compromisso de proporcionar educação profissional e tecnológica que prepare o educando não apenas para o emprego, mas para gerar saberes que permitam sua inserção de maneira proativa nos processos produtivos formais e informais, sem perder de vista a interlocução com outras políticas públicas que fomentem ações de pesquisa, difusão de saberes e inclusão social.

14. Considerações Finais

O documento pensado, discutido, reavaliado e reconstruído pela comunidade do IFS apresenta-se como importante elemento que permeará todas as ações políticas e pedagógicas desta Instituição.

Deste modo, as linhas mestras do projeto foram fincadas. Através de um posicionamento do ideal de sociedade e de homem, da busca das necessidades partindo-se da análise sobre a realidade institucional e da definição das ações educativas, buscou-se apreender tudo aquilo que nos falta para ser o que desejamos.

Sendo assim, toda comunidade escolar buscará materializar este projeto por meio das ações intencionadas de seu coletivo, de forma participativa e colaborativa, em atendimento aos seus anseios e em direção ao objetivo maior, que é cumprir sua função social.

Bibliografia

- ANGELONI, M. T. **Organizações do conhecimento: infraestrutura, pessoas e tecnologias**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- ANSOFF, H. Igor, MCDONNELL, Edward J. **Implantando a administração estratégica**. 2. ed. São Paulo : Atlas, 1993.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX**. São Paulo: Contraponto; UNESP, 1996.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMAN, Z. **Trabajo, consumismo e nuevos pobres**. Barcelona: Gedisa, 2003.
- BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BERTAGNA, R.H. **Avaliação da aprendizagem escolar: a visão de alunos de 4ª e 5ª séries do 1º grau**. 1977.
- Dissertação (Mestrado) - **Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas**.
- BERTAGNA, R.H. **Progressão continuada: limites e possibilidades**. 2003. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de *Campinas, Campinas*.
- BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Porto Editora Ltda, 1994. 336p (Coleção Ciências da Educação).
- BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. **Os excluídos do interior**. In: Bourdieu, P. Escritos de educação. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BOVET, D.; MARTHA, J. **Redes de valor**. São Paulo: Negócio, 2001.
- BUARQUE, Cristovam. **Por uma Universidade Aberta**. *Revista Ensino Superior*, Ano 4. n. 47-agosto, 2002, p.32
- CHAU, M.H. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência de abertura da ANPED, Poços de Caldas, 5/out/2003.
- CIAVATTA, MARIA (Org.); FRIGOTTO, Gaudênio (Org.); RAMOS, Marise (Org.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.
- COLOMBO, Sonia Simões. **Escolas de sucesso: gestão estratégica para instituições de ensino**. São Paulo : STS, 1999.
- COOMBS, Philip H. **O que é planejamento educacional**. *Cadernos de pesquisa*. n. 4. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1972.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1995.
- DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir; relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/Unesco, 1999.
- DEMO, P. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- Di PIERRO, Maria Clara e GRACIANO, Mariângela. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

DURHAM, E. **Uma política para o ensino superior brasileiro: diagnóstico e proposta**. São Paulo: USP/NUPES, 1998. Documento de Trabalho.

DUSSEL, I.; CARUSO, M. **A invenção da sala de aula**. São Paulo: Moderna, 2003.

ENGUITA, M.F. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERNÁNDEZ, Alícia. **A inteligência aprisionada – abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. 2ª reed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1991.

FINGER, Almeri Paulo, LIMA, Sérgio F. **Centros universitários: proposta e gestão**. Curitiba: Champagnat, 1999.

FISCHMANN, Adalberto A., ALMEIDA, Martinho I. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1993.

FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Teresa Leme. **Aprendizagem e Inovação Organizacional: as experiências de Japão, Coréia e Brasil**. São Paulo: Atlas, 1995.

FRANCO, F.C. **Avaliação em larga escala da educação básica: da relevância aos desafios**. Trabalho apresentado no 3. Seminário de Avaliação, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 16.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 32.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, L.C. **A dialética da eliminação no processo seletivo**. Educação & Sociedade, Campinas, n. 39, p. 265-285, 1991.

FREITAS, L.C. **Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas**. São Paulo: Moderna, 2003.

FREITAS, L.C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papyrus, 1995.

FREITAS, L.C. **Neo-tecnicismo e formação do educador**. In: Alves, N. (Org.). Formação de professores: pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo : Cortez, 1995.

GADOTTI, M; ROMÃO, J. E. (Org.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GANDIN, D. **Escola e transformação social**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GANDIN, D.; GANDIN, L. A. **Temas para um projeto político-pedagógico**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

EMDAGRO. **Determinação do perfil socioeconômico das unidades produtoras de derivados do leite: fabriquetas, localizadas no Alto Sertão Sergipano**. SEADA: ASCOM, 2011.

JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2002.

KUCZYNSKI, P.; WILLIAMSON, J. **Depois do consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MORIN, E. **O método (1): a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PARANÁ.

MORIN, Edgar. **Por uma reforma do pensamento**. O Correio da UNESCO, v. 24, n. 4, abr. 1996.

PERRENOUD, P. **Das diferenças culturais às desigualdades escolares: a avaliação e a norma num ensino diferenciado**. In: Allal, L.; Cardinet, J.; Perrenoud, P. Avaliação formativa num ensino diferenciado. Coimbra: Almedina, 1986.

- PRIGOGINE, I. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. São Paulo: UNESP, 1996.
- SACRISTÁN, J. C. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SAVIANI, N. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. Campinas: Autores Associados, 1994.
- SANCHO, Joana Maria. **Para uma Tecnologia Educacional**. Porto Alegre, RS: ARTMED Editora Ltda. 1998.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1982.
- SOARES, J.F. **Avaliação de escolas de ensino básico**. In: Freitas, L.C. (Org.). Avaliação de escolas e universidades. *Campinas*: Komedi, 2003.
- VASCONCELOS, C. **Projeto político-pedagógico: o planejamento como instrumento de transformação**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DOS EXPOENTES NA EDUCAÇÃO, 2. Livro do Congresso. Curitiba, 2002.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização**. 17ª Ed. São Paulo: Libertad, 2007.
- VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. **Educação básica e educação superior: Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2004.
- VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 15.ed. *Campinas*: Papirus, 2002.
- WALLERSTEIN, I. **Após o liberalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.